PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Porto Alegre, 09 de abril de 2024.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

TRAMONTINA

TRAMONTINA MADEIRAS S.A.

CNPJ. 93.682.854/0001-86 – NIRE: 43300042588
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Encruzilhada do Sul, RS, 01 de abril de 2024. **A DIRETORIA.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R$)

	2023	2022
Ativo	**59.769.472,31**	**62.305.824,47**
Circulante	**32.399.097,76**	**35.810.659,27**
Disponibilidades	**239.316,96**	**1.321.784,52**
Caixa e equivalentes de caixa	239.316,96	1.321.784,52
Créditos	**13.177.643,44**	**17.954.319,83**
Contas a receber de clientes	12.976.753,35	13.164.072,67
Impostos a recuperar	1.235.431,73	3.291.718,04
Outros Créditos	203.910,25	1.208.762,21
Despesas antecipadas	176.659,80	289.766,91
Estoques	**17.567.025,67**	**16.534.544,92**
Não circulante	**27.370.374,55**	**26.495.165,20**
Realizável a longo prazo	**1.023.102,48**	**159.994,92**
Depósitos judiciais	84.447,15	138.989,88
Impostos Diferidos	938.655,33	21.005,04
Outros instrumentos financeiros	**-**	**6.032,96**
Imobilizado	**26.287.902,98**	**26.255.055,41**
Intangível	**43.969,09**	**58.681,91**
Ativo Biológico	**15.400,00**	**15.400,00**
Passivo	**59.769.472,31**	**62.305.824,47**
Circulante	**26.370.935,94**	**19.872.946,50**
Fornecedores	5.105.037,55	7.005.811,20
Obrigações de Risco Sacado	**2.220.626,20**	**1.531.434,84**
Risco Sacado	2.220.626,20	1.531.434,84
Empréstimos e financiamentos	15.109.199,62	7.207.196,47
Impostos e Contribuições à Recolher	239.010,15	248.775,77
Obrigações Trabalhistas	2.649.376,06	2.852.045,22
Provisões Assessoria de Marketing	569.413,91	624.980,43
Provisão Para Comissões	403.163,07	280.168,07
Outras Contas a Pagar	75.109,38	122.534,70
Não circulante	**10.821.760,26**	**11.099.966,68**
Empréstimos e financiamentos	10.426.753,95	10.728.364,54
Provisão para Contingências	323.625,61	297.151,66
Outras contas a pagar	71.380,70	74.450,48
Patrimônio líquido	**22.576.776,11**	**31.332.911,29**
Capital social	**100.003.700,00**	**97.003.700,00**
Capital integralizado	100.003.700,00	97.003.700,00
Reservas de lucros	**1.200.000,00**	**-**
Reserva capital	1.200.000,00	-
(-) Prejuízos acumulados	**(78.626.923,89)**	**(65.670.788,71)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por principal atividade o beneficiamento, industrialização, comercialização, importação e exportação de madeiras. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a)** As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2023. **b) Estoques:** no exercício social encerrado em 31/12/2023 os estoques de insumos e embalagens foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os de produtos elaborados e os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio de produção. Em ambos os casos, não superam o valor de mercado. **c) Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. **d) Intangível:** o valor registrado neste grupo refere-se a Marcas contabilizadas pelo valor de custo. **e)** O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real trimestral conforme determinação da Lei 9.430/96 e IN RFB 1700/17. **NOTA 4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE: a) Bancos conta empréstimos:** financiamentos do ativo imobilizado: Finame cujas taxas de juros variam entre 2,50% a.a. e 8,70% a.a., e recursos BNDES com taxa entre 3,30% a.a. e 4,50% a.a. **NOTA 5 -** A companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria bem como parecer do conselho fiscal à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL:** O capital social está representado por 100.003.700,00 de ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País. **Encruzilhada do Sul, RS, 31 de dezembro de 2023.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R$)

	2023	2022
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**74.196.125,44**	**76.326.824,48**
Receitas de vendas	74.196.125,44	76.326.824,48
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(15.100.102,04)**	**(9.771.179,34)**
RECEITA LÍQUIDA	**59.096.023,40**	**66.555.645,14**
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(51.134.912,70)	(50.614.773,61)
LUCRO BRUTO	**7.961.110,70**	**15.940.871,53**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(19.818.788,25)**	**(18.517.873,26)**
Despesas com vendas	(14.108.413,72)	(13.267.833,09)
Despesas administrativas e gerais	(6.729.985,21)	(6.800.846,80)
Outras receitas	1.019.610,68	1.550.806,63
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**(11.857.677,55)**	**(2.577.001,73)**
Despesas financeiras	(4.630.307,16)	(7.770.495,10)
Receitas financeiras	2.614.199,25	5.237.360,63
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(13.873.785,46)**	**(5.110.133,35)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferido	917.650,29	(178.003,94)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(12.956.135,17)**	**(5.288.137,29)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R$)

	2023	2022
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(13.873.785,46)**	**(5.110.133,35)**
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Depreciação do exercício	2.140.198,35	2.027.762,31
Amortização do exercício	14.970,00	10.574,40
Provisões do exercício	1.857.644,67	(1.204.537,00)
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	511.943,79	179.331,79
VARIAÇÕES CAMBIAIS SOBRE EMPRÉSTIMOS, CLIENTES E FORNECEDORES	**(296.505,25)**	**105.423,51**
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento/Redução) em contas a receber	(3.784.690,35)	6.038.733,24
(Aumento/Redução) nos estoques	1.924.806,21	(4.281.922,59)
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	3.482.854,54	1.571.650,00
(Aumento/Redução) em fornecedores	(863.591,58)	(1.595.718,67)
(Aumento/Redução) em contas a pagar	(270.663,00)	(863.834,08)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(621.642,92)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(9.156.818,09)**	**(3.744.312.76)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.680.826,79)	(6.023.083,58)
Aquisição de ativo intangível	(4.420,10)	(45.794,20)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.679.213,93)**	**(6.084.277,78)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	4.200.000,00	6.500.000,00
Empréstimos tomados	29.055.030,00	21.551.851,00
Pagamentos de empréstimos	(22.629.777,81)	(18.839.630,75)
Juros pagos por empréstimos	(702.853,65)	(963.732,89)
Mútuos tomados com partes relacionadas	831.165,92	704.289,98
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**10.753.564,46**	**8.952.777,34**
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	**(1.082.467,56)**	**(875.813,20)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	1.321.784,52	2.197.597,72
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	239.316,96	1.321.784,52
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	**(1.082.467,56)**	**(875.813,20)**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**(12.956.135,18)**	**(5.288.137,20)**
Resultado abrangente total	**(12.956.135,18)**	**(5.288.137,20)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva para aumento do capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**89.003.700,00**	**418.178,46**	**128.405,41**	**1.500.048,70**	**(60.929.283,99)**	**30.121.048,58**
Reserva legal		(418.178,46)			418.178,46	-
Reserva de incentivo fiscal			(128.405,41)		128.405,41	-
Ajuste				(48,70)	48,70	-
Prejuízo do exercício					(5.288.137,29)	(5.288.137,29)
Aumento de capital	8.000.000,00		-	(1.500.000,00)		6.500.000,00
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**97.003.700,00**	**-**	**-**	**-**	**(65.670.788,71)**	**31.332.911,29**
Prejuízo do exercício					(12.956.135,18)	(12.956.135,18)
Aumento de capital	3.000.000,00		-	1.200.00,00		4.200.00,00
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**100.003.700,00**	**-**	**-**	**1.200.000,00**	**(78.626.923,89)**	**22.576.776,11**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Eduardo Scomazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Roberto João Manfroi - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Joselito Gusso, Gérson Finkler Dias
DIRETORIA EXECUTIVA: Marcio Silva Braga, Everson Garrighan Lemos **TÉCNICO EM CONTABILIDADE:** Luciano Ataides de Freitas (CRC – RS 078932/0-4)

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA SUL S. A.

CNPJ nº 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 18 de abril de 2024, às 09h00min (nove horas), na Avenida Raul Giacomoni, nº 2.320, Bairro Desvio Machado, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; e, **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração.

Carlos Barbosa, RS, em 09 de abril de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333

Atendimento ao assinante (51) 3213 1300

Vendas de assinaturas (51) 3213 1326

Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA TEEC S. A.

CNPJ nº 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747 – Carlos Barbosa – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente no dia 18 de abril de 2024, às 14h00min (quatorze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e **II – EM AGE**: **1.** Incluir novas atividades no objeto social e a correspondente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 09 de abril de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 43 3 0002129 7
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 23 de abril de 2024, na sede social, Av. João Pessoa n° 1831, 3° andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores. Porto Alegre, 10 de abril de 2024. Luciano Adures de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

LECHLER DO BRASIL S/A

CNPJ nº 05.457.421/0001-60 – NIRE 43 3 0005758 5

Relatório da Administração - Atendendo às exigências aplicáveis a administração, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da **LECHLER DO BRASIL S/A** referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Paraí - RS, 18 de março de 2024. Alberto Giovanni Galbiati - Diretor Presidente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.153.016	19.504.819
Contas a receber	5	17.200.585	16.649.783
Estoques	6	37.617.918	33.729.399
Impostos a recuperar	7	1.098.357	1.549.014
Adiantamentos	8	991.065	3.294.272
Despesas do Exercício Seguinte		89.377	124.964
		76.150.318	**74.852.252**
Não Circulante			
Outros créditos		54.000	54.000
Impostos diferidos	9	2.507.013	4.501.170
Investimentos	10	234.563	193.386
Imobilizado	11	24.127.893	13.211.566
Intangível		183.125	260.953
		27.106.594	**18.221.074**
Total do ativo		**103.256.913**	**93.073.326**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	723.498	195.301
Fornecedores	13	29.911.801	47.861.824
Obrigações sociais	14	2.290.359	1.965.591
Obrigações fiscais	15	5.661.180	2.899.709
Comissões a pagar	16	3.300.236	2.971.418
Contas a pagar		52.592	66.397
		41.939.666	**55.960.239**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	12.468.550	87.631
Obrigações fiscais	15	595.881	2.762.490
Impostos diferidos	9	589.913	695.753
		13.654.344	**3.545.875**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		14.622.800	14.622.800
Reserva Legal		1.630.968	926.183
Ajuste de avaliação patrimonial		109.458	420.753
Reserva Subvenção		1.469.582	1.341.768
Reserva de Lucros		29.830.094	16.255.709
		47.662.902	**33.567.212**
Total do passivo e PL		**103.256.913**	**93.073.326**

Demonstração do Resultado

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	121.099.045	116.593.969
Custo dos prod. e serviços vend.		(67.924.276)	(70.762.494)
Lucro bruto		**53.174.769**	**45.831.475**
Despesas operacionais			
Despesas de pessoal	19	(11.904.413)	(11.269.362)
Despesas administrativas	19	(8.457.209)	(7.147.714)
Despesas com vendas	19	(14.324.957)	(13.572.104)
Depreciações e amortizações	19	(1.522.556)	(1.316.556)
Resultado de equiv. patrimonial		-	-
Outras receitas ou desp. operac.	20	2.906.883	103.052
		(33.302.251)	**(33.202.683)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**19.872.518**	**12.628.792**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	2.074.795	1.883.912
Despesas financeiras	21	(513.639)	(293.023)
		1.561.156	**1.590.889**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**21.433.674**	**14.219.681**
Imposto de renda e contribuição social			
IR e contribuição social, diferido	9	(1.888.317)	(309.622)
IR e contribuição social, corrente	9	(5.449.666)	(4.086.002)
Lucro líquido do exercício		**14.095.690**	**9.824.056**
Lucro líquido por ação		0,9473	0,6602

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**14.095.690**	**9.824.056**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do result. abrangente do exercício	**14.095.690**	**9.824.056**
Resultado abrangente total atribuído a:		
Atribuído a controladores	13.531.863	9.431.094
Atribuído a não controladores	563.828	392.962

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Sub./Invest.	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros (Prej.) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**14.622.800**	**418.978**	**1.019.195**	**740.795**	**6.941.389**	**-**	**23.743.156**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.824.056	9.824.056
Destinação reserva legal	-	507.205	-	-	-	(507.205)	-
Realiz. do aj. de aval. patrimonial	.	-	-	(320.042)	-	320.042	-
Destinação reserva de sub. invest.	-	-	322.573	-	-	(322.573)	-
Destinação reserva de lucros	-	-	-	-	9.314.320	(9.314.320)	-
Saldos em 31/12/2022	**14.622.800**	**926.183**	**1.341.768**	**420.753**	**16.255.709**	**-**	**33.567.212**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.095.690	14.095.690
Realiz. do aj. de aval. patrimonial	-	-	127.815	-	-	(127.815)	-
Destinação reserva legal	-	704.785	-	-	-	(704.785)	-
Destinação reserva de sub. invest.	-	-	-	(311.294)	-	311.294	-
Destinação reserva de lucros	-	-	-	-	13.574.385	(13.574.385)	-
Saldos em 31/12/2023	**14.622.800**	**1.630.968**	**1.469.582**	**109.458**	**29.830.094**	**-**	**47.662.902**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**21.433.674**	**14.219.681**
Ajustes para conciliar o Lucro do exercício ao Caixa		
Depreciações e amortizações	1.499.753	1.316.556
Despesa de IRPF e CSLL reconhecida no resultado	(5.449.666)	(4.395.624)
Aumento/(redução) das provisões	1.529.902	213.938
Ganho (perda) na alienação do imobilizado	-	(230.801)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(820.926)	(354.379)
Estoques	(4.730.723)	(5.656.264)
Tributos a recuperar	450.657	(755.767)
Adiantamentos	2.303.208	(1.806.255)
Outros créditos	35.587	1.882
Fornecedores	(18.367.596)	829.802
Obrigações sociais e trabalhistas	324.768	175.547
Obrigações fiscais	594.863	(445.875)
Comissões a Pagar	328.818	127.603
Outros débitos	(13.805)	2.249.059
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	**(881.488)**	**5.489.104**
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos		
Aquisição imobilizado	(12.338.253)	(2.933.142)
Outros investimentos	(41.178)	-
Disponibilidades líquidas provenientes (aplicadas) nas atividades de investimentos	**(12.379.430)**	**(2.933.142)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Empréstimos captados	-	(660.550)
Amortização de empréstimos	528.197	-
Com acionistas		
Variação das oper. com partes relac.	12.380.919	1.316.059
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	**12.909.116**	**655.509**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(351.802)**	**3.211.470**
No início do exercício	19.504.819	16.293.349
No final do exercício	19.153.016	19.504.819
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(351.802)**	**3.211.470**

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional: A LECHLER DO BRASIL S/A., com sede à Rua Silvio Paludo, 10, Distrito Industrial IV, Bairro São Lucas, na cidade de Paraí, RS, tem por objeto social: importação, industrialização, distribuição e comércio de matéria-prima e produtos semiacabados utilizados na fabricação de tintas para indústria moveleira, industrial, automotiva e predial; importação de matérias primas e produtos prontos para destinação industrial; representação comercial de empresas nacionais ou estrangeiras por conta própria ou de terceiros; o desenvolvimento e assistência técnica de seladores, tingidores, primers, vernizes e soluções de acabamento para pintura de móveis; atividade de Transporte rodoviário de cargas intermunicipal e interestadual; armazenagem em geral, e; participação em outras sociedades afins, no Brasil ou exterior, como sócia ou acionista, podendo adquirir, alienar ou transferir para qualquer fim e a qualquer título as próprias participações, desde que autorizada pela maioria do capital social.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descritos nas práticas a seguir. O Custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela administração da Companhia em 18 de março de 2024.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma, são elas: **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As transações que se encontram em aberto ao final do exercício são atualizadas pelas respectivas taxas de câmbio fixadas naquela data. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão ou atualização de moeda estrangeira são reconhecidas no resultado do exercício. **b. Instrumentos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros são contabilizados na data das transações e classificadas de acordo com a finalidade para que foram adquiridos ou contratados, sendo classificados nas seguintes categorias: aplicações financeiras, empréstimos, recebíveis derivativos e outros. **b.1. ativos financeiros não derivativos:** A administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro deixa de ser reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro e uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. Recebíveis são ativos financeiros com pagamento fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, acrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **b.2. Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha intenção de liquidar em uma base liquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e possuem liquidez imediata. **d. Contas a receber clientes:** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa é calculada e constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **e. Estoques:** Os estoques de mercadorias, materiais e materiais de consumo estão demonstrados pelo custo conforme critério de valorização determinado pelas regras fiscais e não excedem o valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **f. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil determinada pela legislação fiscal. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Máquinas e equipamentos	10 anos
- Edificações	25 anos
- Veículos	5 anos
- Móveis e utensílios	10 anos
- Equipamentos de informática	5 anos
- Instalações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g. Redução de valor recuperável de ativos:** Administração analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando essa evidência é identificada e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, uma estimativa para redução ao valor recuperável do ativo é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **h. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação. São demonstrados pelo custo amortizado, mais variações cambiais. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e variações cambiais são incluídos em despesas financeiras. **i. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor da transação e pelo valor justo, conforme a transação, ajustado ao valor presente, quando relevante. **j. Demais ativos, passivos, circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando existir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. **k. Segregação entre circulante e não circulante:** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l. Reconhecimento de Receitas:** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas de variações cambiais ativas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. **m. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia é tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$240.000,00 para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação vigente. **n. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas da seguinte forma: ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais, ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente, levando-se em conta a opinião jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da administração, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados nas notas explicativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Matriz	10.768	10.962
Bancos conta corrente	4.104.083	3.538.374
Aplicações Financeiras	15.038.166	15.955.483
Total	**19.153.016**	**19.504.819**

As aplicações financeiras foram realizadas em bancos de primeira linha, com liquidez imediata, sem risco de redução de valor, com remuneração de 100% da Selic.

5. Clientes: A composição do saldo de clientes em aberto e créditos a receber por vencimento está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber mercado interno	17.957.310	17.199.783
Contas a receber mercado externo	13.275	-
(-) Provisão para perdas estimadas	(770.000)	(550.000)
	17.200.585	**16.649.783**

5.a) A análise de vencimento dessas contas a receber está assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	17.018.479	16.552.792
Vencidos		
Até 90 dias	178.596	187.522
De 90 a 180 dias	32.337	-
De 181 a 360 dias	741.173	459.469
Total	**17.970.585**	**17.199.783**
(-) Provisão para perdas estimadas	(770.000)	(550.000)
	17.200.585	**16.649.783**

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 31/12/2021	**(350.000)**
Créditos provisionados no exercício	(213.938)
Reversão da provisão	13.938
Saldo em 31/12/2022	**(550.000)**
Créditos provisionados no exercício	(270.125)
Reversão da provisão	50.125
Saldo em 31/12/2023	**(770.000)**

6. Estoques:

	31/12/2023	31/12/2022
Matéria prima	10.346.418	11.404.646
Produtos em elaboração	6.317.801	5.041.732
Produtos acabados	19.932.238	17.156.821
Embalagens	2.028.519	1.463.374
Materiais de marketing	1.542.942	962.826
(-) Perdas estimadas em estoques	(2.550.000)	(2.300.000)
	37.617.918	**33.729.399**

A Administração da Companhia revisa periodicamente seus estoques e constitui provisão para perda, quando necessário, de itens sem expectativa de realização, giro lento ou obsoletos. Em 31 de dezembro de 2023 houve a necessidade de registrar provisão no total de R$ 2.550.000 (R$ 2.300.000 em 31/12/2022).

7. Tributos a recuperar:

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	692.677	1.083.437
IRPJ a recuperar	248.440	277.507
Outros impostos a recuperar	157.241	188.070
	1.098.357	**1.549.014**

8. Adiantamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	742.483	3.065.491
Adiantamento a funcionários	207.118	194.327
Outros adiantamentos	41.464	34.455
	991.065	**3.294.272**

9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social, cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos projetados que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

a. Ativo:	31/12/2023	31/12/2022
Perdas estimadas com clientes	770.000	550.000
Perdas estimadas com estoques	2.550.000	2.300.000
Provisão de bônus a funcionários	621.505	612.786
Provisão representantes	2.836.180	2.404.925
COFINS a recolher - exigibilidade suspensa	489.588	2.269.721
Pis a recolher - exigibilidade suspensa	106.293	492.770
Prejuízo parte B lalur	-	4.608.534
Base de cálculo	**7.373.567**	**13.238.735**
IRPJ alíquota 25%	1.843.392	3.309.684
CSLL alíquota 9%	663.621	1.191.486
Total	**2.507.013**	**4.501.170**

O ativo fiscal diferido realizar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subsequentes. Anualmente a administração avalia a expectativa de lucros tributáveis futuros e, consequentemente, procede os ajustes necessários para trazer o valor dos referidos créditos registrados ao seu valor provável de realização.

b. Passivo:	31/12/2023	31/12/2022
Reavaliação de ativos	1.715.707	2.027.234
Diferença temporal variação cambial - efeito caixa	19.331	19.098
Base de cálculo	**1.735.038**	**2.046.332**
IRPJ alíquota 25%	433.760	511.583
CSLL alíquota 9%	156.153	184.170
Total	**589.913**	**695.753**

c. Corrente:	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício antes do IR/CSLL	**21.433.674**	**14.219.681**
Adições	**18.572.677**	**16.221.521**
Variação cambial passiva	282.117	46.868
Variação cambial ativa operações liquidadas	9.724	30.097
Despesas não dedutíveis	14.960.836	13.294.556
Realização ajuste de avaliação	-	-
Ajuste a valor presente fornecedores	-	-
Provisão perdas estimadas	3.320.000	2.850.000
Provisão de contingência	-	-
Exclusões	**19.212.822**	**13.049.789**
Variação cambial ativa	9.724	332
Variação cambial passiva operações liquidadas	46.868	-
Resultado líquido de equivalência patrimonial	-	-
PIS/COFINS SOBRE AVP Fornecedores	-	-
Reversão de provisão	19.156.229	13.049.457
Resultado ajustado	**20.793.530**	**17.391.413**
Compensação Prejuízo fiscal 30%	4.608.534	5.217.424
Base de cálculo IR e CSLL corrente	**16.184.995**	**12.173.989**
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador - IRPJ	(29.232)	-
Imposto de renda corrente	3.993.017	3.019.497
Contribuição social corrente	1.456.650	1.095.659
Total de Imposto de renda e Contribuição social corrente	**5.449.667**	**4.115.156**

10. Investimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Cota capital - investimento	234.563	193.386
Total	**234.563**	**193.386**

11. Imobilizado: O ativo imobilizado da Companhia foi avaliado inicialmente ao custo histórico, e não foram efetuados quaisquer outros ajustes, sendo considerados como custos todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração. As alíquotas de depreciações, quando calculadas conforme a legislação fiscal vigente no País para as empresas tributadas pelo lucro real.

	Taxa de Deprec %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Terrenos	-	249.800	-	249.800	249.800
Móveis e Utensílios	10%	1.269.409	(405.463)	863.946	248.932
Equipamentos Informática	20%	506.007	(408.376)	97.631	116.258
Máquinas e Equipamentos	10%	7.592.319	(3.838.888)	3.753.431	2.231.661
Bens em comodato	10%	3.275.309	(575.225)	2.700.084	1.793.002
Direitos de uso	20%	35.832	-	35.832	46.582
Veículos	20%	321.379	(319.779)	1.600	1.600
Empilhadeiras	10%	184.079	(168.977)	15.102	27.262
Equipamentos de operação	25%	287.474	(289.074)	(1.600)	(1.600)
Instalações	4%	5.526.881	(2.269.817)	3.257.064	2.550.306
Bens reavaliados	10%	4.980.656	(3.264.949)	1.715.707	2.027.234
Obras em andamento		11.439.296	-	11.439.296	3.920.528
		35.668.441	**(11.540.547)**	**24.127.893**	**13.211.566**

Movimentação dos ativos imobilizados:

	Saldo 31/12/2022	Custo Adições	Custo Baixas	Depreciação Adições	Depreciação Baixas	Saldo 31/12/2023
Terrenos	249.800	-	-	-	-	249.800
Móveis e Utensílios	248.932	677.931	-	-	62.917	863.946
Equipamentos Informática	116.258	49.358	-	-	67.985	97.631
Máquinas e Equipamentos	2.231.661	2.074.448	-	-	552.679	3.753.431
Bens reservados em comodato	1.793.002	1.121.960	-	-	214.878	2.700.084
Direitos de uso	46.582	-	-	-	10.750	35.833
Veículos	1.600	-	-	-	-	1.600
Empilhadeiras	27.262	-	-	-	12.160	15.102
Equipamentos de operação	(1.600)	-	-	-	-	(1.600)
Instalações	2.550.306	898.977	-	-	192.219	3.257.064
Bens reavaliados	2.027.234	-	3.190	-	308.338	1.715.707
Obras em andamento	3.920.528	7.518.768	-	-	-	11.439.296
Totais	**13.211.566**	**12.341.443**	**3.190**	**-**	**1.421.925**	**24.127.893**

12. Empréstimos e financiamentos:

	Indexador	Taxas de Juros (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos[1]	IPCA	4.51%	9.097	282.932
Mútuos[2]	EURIBOR 3 meses + 0,8%	4,76%	13.182.950	-
Total			**13.192.048**	**282.932**
Circulante			723.498	195.301
Não Circulante			12.468.550	87.631
Total			**13.192.048**	**282.932**

Os vencimentos das parcelas de longo prazo dos financiamentos têm seu vencimento demonstrado a seguir:

2024	723.498
2025	1.313.750
2026	1.313.750
2027	1.313.750
2028	8.527.300
Total	**13.192.048**

[1] Encargos e Garantias: A última parcela do FUNDOPEM vence em fevereiro de 2024. Os encargos do FUNDOPEM estão apropriados pelo regime de competência, conforme taxas estabelecidas no contrato. A Companhia está enquadrada no Projeto INTEGRAR/RS, assim, por ocasião dos pagamentos nos prazos estabelecidos faz jus a um desconto de 45% sobre o valor de cada parcela do financiamento, inclusive juros e atualização monetária. Esses descontos são reconhecidos contabilmente apenas quando do efetivo pagamento de cada parcela. [2] Dívida referente a contrato de mútuo de 2.500.000,00 EUROS realizado junto a Lechler S.P.A, Companhia controladora da Lechler do Brasil S/A.

13. Fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores mercado interno	3.402.645	3.419.281
Fornecedores mercado externo	26.509.156	44.442.543
	29.911.801	**47.861.824**

14. Obrigações sociais:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e Pró-labore a pagar	346.085	324.721
INSS e FGTS a pagar	298.377	306.136
Provisão de férias e encargos sociais	1.645.897	1.331.266
Contribuição sindical	-	3.468
Total	**2.290.359**	**1.965.591**

15. Obrigações fiscais:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Municipais	3.189	7.776
Tributos Estaduais	961.068	1.533.677
Tributos Federais	4.696.923	1.358.255
Tributos Federais Exigibilidade Suspensa	595.881	2.762.490
Total	**6.257.062**	**5.662.199**
Circulante	5.661.180	2.899.709
Não Circulante	595.881	2.762.490
Total	**6.257.062**	**5.662.199**

Continua »»»

»»» Continuação

LECHLER DO BRASIL S/A

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

16. Comissões a pagar:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Provisão para representantes	3.300.236	2.971.418
Total	**3.300.236**	**2.971.418**

Refere-se de constituição de provisão para indenização de 1/12 aos representantes de acordo com a alínea "j" do artigo 27 da Lei nº 4886/65.

17. Patrimônio líquido: a) Capital Social O Capital Social é de R$ 14.880.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil reais) com capital a integralizar de R$ 257.200,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos reais). Composto por 14.880.000 (quatorze milhões oitocentos e oitenta mil) ações, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** O fundo de reserva legal de R$ 1.630.968 (R$ 926.183 em 2022) refere-se à destinação de 5% do lucro líquido, até atingir o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de subvenção de investimento:** A reserva de subvenção de investimento de R$ 1.469.582 (R$ 1.341.768 em 2022) é constituída a partir dos incentivos obtidos no FUNDOPEM, conforme detalhado no descritivo da NE 12 – Empréstimos e Financiamentos. **d) Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo de R$ 109.453 em 2023 (R$ 420.753 em 2022) refere-se ao registro de avaliação patrimonial líquido dos efeitos tributários de R$ 311.294 em 2023 (R$ 320.042 em 2022), registrados no patrimônio líquido. **e) Reserva de lucros:** O saldo de R$ 29.830.094 (R$ 16.255.709 em 2022) refere-se ao saldo acumulado de lucros contábeis.

18. Receita operacional líquida:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Vendas de Produtos	153.488.466	149.150.917
Vendas de Máquinas e Equipamentos	-	8.999
Revenda de Mercadorias	1.676.759	1.204.709
VENDAS EXTERIOR	-	46.368
Receita Bruta de Vendas	**155.165.225**	**150.410.994**
(-) Tributos sobre a receita (ICMS, IPI, PIS, COFINS)	(34.066.118)	(33.786.423)
(-) Devoluções e abatimentos	(62)	(30.602)
(-) Deduções da Receita	**(34.066.180)**	**(33.817.025)**
Receitas Operacionais Líquidas	**121.099.045**	**116.593.969**

19. Despesas operacionais: As despesas operacionais, demonstradas por natureza, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	**31/12/2022**
Despesas de pessoal	(11.904.413)	(11.269.362)
Despesas gerais e administrativas	(24.304.721)	(22.036.373)
Total	**(36.209.135)**	**(33.305.735)**
Despesas de vendas	(14.324.957)	(13.572.104)
Pessoal	(11.904.413)	(11.269.362)
Aluguéis de bens e sistemas	(699.866)	(616.982)
Conservação e manutenção de bens	(620.046)	(564.523)
Serviços de terceiros	(4.051.785)	(3.522.784)
Serviços gráficos	-	-
Despesas com materiais uso e consumo	(409.143)	(393.399)
Depreciação	(1.522.556)	(1.316.556)
Despesas de viagens administrativo	-	-
Fretes	-	-
Comunicação	(144.147)	(154.073)
Seguro de bens	(601.951)	(602.453)
Despesas tributárias	(1.720.925)	(1.120.320)
Provisões de contingências	-	-
Outras despesas gerais	(209.346)	(173.181)
Total	**(36.209.135)**	**(33.305.735)**

20. Outras despesas e receitas operacionais:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Vendas e alienação de ativos	(9.521)	206.431
Reversão de provisões	2.445.139	6.423
Realização provisões para perdas	(470.000)	(600.000)
Ajustes de créditos tributários	941.265	490.198
Total	**2.906.883**	**103.052**

21. Resultado financeiro:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita financeira		
Variação cambial ativa	41.597	133.048
Juros recebidos	2.032.348	1.749.525
Descontos obtidos	850	1.338
Total	**2.074.795**	**1.883.912**
Despesa financeira		
Variação cambial passiva	(302.626)	(77.421)
Juros operacionais	(49.694)	(13.280)
Despesas bancárias	(153.534)	(153.868)
Descontos concedidos	(123)	(3.359)
Outras despesas financeiras	(7.661)	(45.095)
Total	**(513.639)**	**(293.023)**
Resultado financeiro líquido	**1.561.156**	**1.590.889**

22. Gestão de riscos: Os principais fatores de risco, os quais a Companhia está exposta, são riscos financeiros e operacionais, incluindo risco de mercado, taxa de juros, crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos. **a) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **b) Riscos financeiros e de mercado:** Risco de taxa de juros: A Companhia possui mútuo contratado em moeda estrangeira subordinado a taxa de juros vinculada a indexador, Euribor. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais refletidas no balanço patrimonial em contas a receber e outros créditos a receber, vide nota 5. Além disso, são realizadas avaliações constantes da situação econômico-financeira de cada cliente e para os casos que apresentem maiores riscos são realizados ajustes de limites ou tratativas particulares. A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionadas a operações que mantém em instituições financeiras representado por depósitos bancários e aplicações financeiras. A Administração considera o risco baixo pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais da Companhia. Risco de mercado: Riscos de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Como a exposição líquida ao risco cambial está relacionada à estimativa de fluxos de caixa futuros e pagamentos de mercadorias importadas a prazo, posteriormente ao seu registro no estoque, a Companhia ajusta a composição de preços nas vendas de seus produtos para compensar o impacto de uma possível valorização nas cotações das moedas estrangeiras nos custos. Para mitigar a exposição líquida dos pedidos de mercadorias importadas, observando a política de gestão de risco cambial, a Administração acompanha as projeções e cenários esperados para as taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Risco de moeda: A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras dos estoques e empréstimos e financiamentos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional, o Real (R$). A moeda na qual essas transações são denominadas principalmente é o Euro. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, para tratar instabilidades de curto prazo.

23. Seguros (não auditado): Administração adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face as ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ALBERTO GIOVANNI GALBIATI
Diretor Presidente - CPF 842.310.250-53

CLAUDIA BOITO
Diretora Geral - CPF 715.260.800-87

DUCIANE LORENSETI - Contadora - CRC/RS 089760/O-6 - CPF 012.220.100-03

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333
Atendimento ao assinante (51) 3213 1300
Vendas de assinaturas (51) 3213 1326
Redação (51) 3213 1362

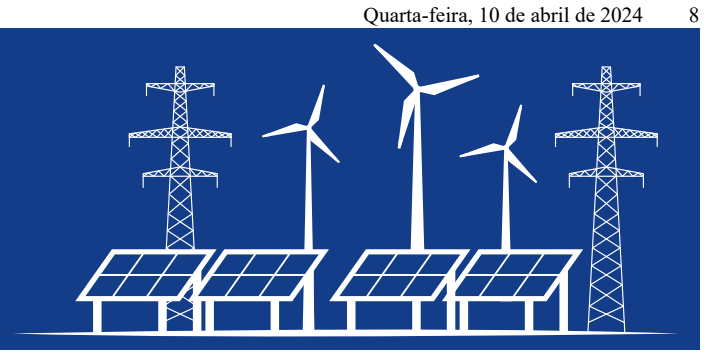
Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

GRUPO equatorial ENERGIA

Companhia Estatual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As informações não financeiras da CEEE-D, o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2023: • O **volume de energia** faturada no ano cresceu 4,9% em relação a 2022 atingindo 8.595 GWh. • O EBITDA societário encerrou o ano em R$ 454 milhões, aumento de R$ 36 milhões, comparado a R$ 419 milhões em 2022. • Em 2023, a Companhia registrou R$ 452 milhões de **Prejuízo**, comparado a R$ 266 milhões de prejuízo no exercício anterior. • Os **investimentos** da CEEE-D somaram R$ 630 milhões em 2023, redução de R$ 121 milhões em relação a 2022. • As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2023 atingiram 12,8%, redução de 3,1 p.p. em relação aos 15,9% apresentados no final de 2022.

Mensagem do Presidente

Em 31 de março de 2021 o Grupo Equatorial sagrou-se vencedor do leilão da CEEE Equatorial, assumindo o compromisso de transformar a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão no Rio Grande do Sul, ofertando energia de qualidade e promovendo o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária. Seguiremos firmes no propósito de transformar a CEEE Equatorial em mais uma distribuidora de referência no setor elétrico. Em 2023, enfrentamos eventos climáticos severos e atípicos, como ciclones, temporais e chuvas persistentes. Para atendermos com brevidades a população gaúcha, concentramos todos os nossos esforços para restabelecermos o fornecimento aos clientes atingidos. Apesar das intempéries ocorridas em 2023, nosso indicador FEC, que representa a frequência das interrupções de energia, reduziu em 8,5% em comparação ao exercício anterior e encerrou o ano em 7,7 vezes. Avançamos significativamente no combate às perdas, importante indicador para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e encerramos 2023 com uma melhora 3,1 p.p em relação ao ano anterior, nos aproximando ainda mais da referência regulatória. Do ponto de vista financeiro, a Companhia encerrou o exercício com R$ 454 milhões em EBITDA, um avanço de 8,5% em relação ao ano anterior. Em 2024 buscaremos arduamente a melhoria dos indicadores da Companhia garantindo a continuidade dos investimentos no Rio Grande do Sul visando à qualidade dos serviços prestados aos gaúchos.

Riberto José Barbanera - Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL	
Capital	Porto Alegre
Área (km²)	281.707.149
Número de Municípios	497
População Estimada 2020	11.466.630
Cresc. Estimado 2020 PIB RS*	5,70%
Cresc. Estimado 2020 PIB BR*	3,90%
Part. PIB Sul	37,93%
Desindade demográfica (hab/km²)	39,79 hab/km²

* Dados projetados em out/21

Em 2023, o consumo de energia na região Sul cresceu 3,4%, enquanto o cenário nacional apresentou crescimento de 4,2%. A área de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D apresentou crescimento de 4,9% no consumo de energia, fundamentalmente explicado pelo acréscimo de +10,7% da classe residencial, que representa 41% do total faturado e pelo crescimento nas classes poder público, comercial e serviço público com crescimentos de 7,1%, 5,9% e 3,6% respectivamente. A CEEE-D possui em sua área de concessão a Capital do estado a qual possui 36,3% do número total de clientes da Companhia, e que representa 41,9% do consumo realizado no mês de dezembro/23. Também possui o município de Rio Grande, que tem o maior porto do Estado, além de uma concentração de indústrias de grande porte próximas dele. As atividades industriais mais representativas quanto ao consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos minerais, fabricação de bebidas e de veículos. O agronegócio também possui relevância na sua área de concessão e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado. É caracterizado pelo cultivo de arroz, soja e pela pecuária.

Número de consumidores

Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 3,1% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	1.647.261	1.590.312	1.520.291	1.500.064	1.480.415
Industrial	3.496	3.772	9.268	9.641	12.381
Comercial	170.341	167.769	159.169	157.901	155.613
Outros	102.124	103.446	102.808	101.685	100.869
Total	**1.923.222**	**1.865.299**	**1.791.536**	**1.769.291**	**1.749.278**
Variação	**3,11%**	**4,12%**	**1,26%**	**1,14%**	**1,45%**

Mercado atendido

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de 8.595 GWh (8.191 GWh em 2022). O volume de energia faturada cresceu +4,9% em relação ao ano de 2022, sendo impulsionado pelo crescimento das classes Residencial e Comercial, que representam 69% do faturamento, e um crescimento de 8,7%. O crescimento do consumo de energia da classe Comercial é reflexo do aumento do índice de nível de serviços que foi de 4,4% no Rio Grande do Sul, este acréscimo promove renda e consumo, refletindo na energia elétrica. Na área de concessão da CEEE-D as vendas no varejo apresentaram um incremento de 2,3% em relação a 2022. A classe residencial, maior classe de consumo da Equatorial CEEE (41%), apresentou um crescimento de +10,7% no período comparativo. Parte desse crescimento é reflexo do pano de combate às perdas que O Grupo Equatorial adotou desde que assumiu a gestão da Companhia e tem reduzido este índice no transcorrer dos anos. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	3.407.721	3.134.694	3.052.233	3.148.447	3.026.220	3.003.534
Industrial	1.341.023	1.349.445	1.343.743	1.288.525	1.331.184	1.406.744
Comercial	2.233.307	2.145.889	2.029.662	2.010.969	2.275.506	2.289.891
Outros	1.262.848	1.347.826	1.298.209	1.300.731	1.340.870	1.443.495
Energia de Conexão	61.249	57.305	55.344	50.909	35.403	30.684
SCEE	289.194	156.239	80.208			
Total	**8.595.342**	**8.191.398**	**7.859.399**	**7.799.581**	**8.009.183**	**8.174.348**
Variação	**4,93%**	**4,22%**	**0,77%**	**-2,62%**	**-0,02%**	**-0,34%**

As perdas totais da energia findaram o ano de 2023 no patamar de 12,83%.

Balanço energético

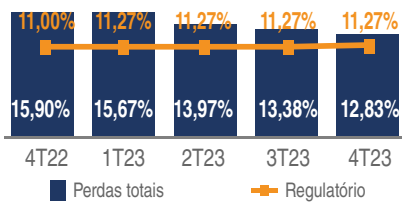
4.3 Balanço energético (MWh)	4T22	4T23	Var.	2022	2023	Var.
Rio Grande do Sul						
Sistema interligado	2.347.449	2.331.645	*-0,7%*	9.490.219	9.497.117	*0,1%*
Energia injetada pela Geração Distribuída	88.783	99.157	*11,7%*	249.517	363.433	*45,7%*
Energia injetada	**2.436.231**	**2.430.802**	***-0,2%***	**9.739.736**	**9.860.550**	***1,2%***
Energia distribuída	1.967.632	2.018.440	*2,6%*	8.134.093	8.534.093	*4,9%*
Energia de conexão com outras distribuidoras	14.057	12.394	*-11,8%*	57.305	61.006	*6,5%*
Perdas totais	454.542	399.968	*-12,0%*	1.548.338	1.265.451	*-18,3%*
Perdas sem Geração Distribuída	406.581	376.471	*-7,4%*	1.455.059	1.191.212	*-18,1%*

Gestão dos Negócios

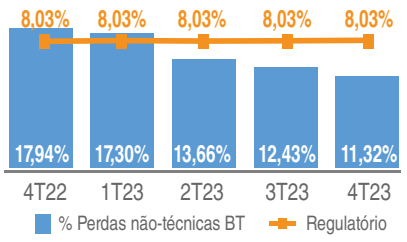
Combate às perdas

Em 2023, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D alcançou o patamar de 9.860 GWh, aumento de 1,2% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 8.595 GWh, o que representou incremento de 4,9% também em relação a 2022. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2023 totalizaram 1.265 GWh, equivalente a 12,9% da energia requerida, implicando em redução de 3,1 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.

Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



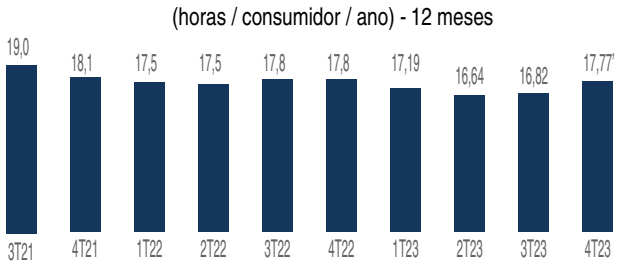
Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



O ano de 2023 para a Equatorial CEEE-D representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sido observado desde o ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguido diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2023: • Regularização de 7,8 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 7,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão/Retrofit do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 25,3 mil clientes de baixa tensão; • Inspeção de 154,2 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 5,2 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 20,1 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 45,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 3,0 mil medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Companhia possui 3,2 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 8,02% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 0,3% e o FEC uma redução de 8,5%, ambos em relação ao exercício anterior.

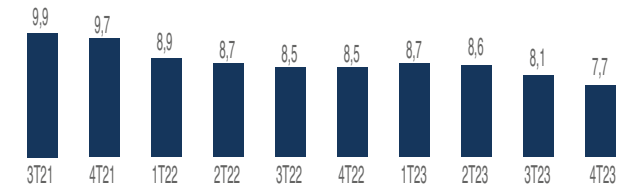
DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



FEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



Assuntos Regulatórios: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Homologatória nº 3.283/2023 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2023 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2023 a 21 de novembro de 2024, resultando no reajuste médio de -1,41% (menos um virgula quarenta e um por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D. **Relatório de Ações Sociais - ESG:** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tonar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o iDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação. A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio ambiente. É importante salientar que os GEEs desempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+:** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade:** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2023, a CEEE Equatorial Energia aumentou em 44% o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 45.639 novas famílias no ano de 2023. Os consumidores também têm acesso a outros programas, como o E+ Geladeira Nova, E+ Economia, E+ Profissional, E+ Educação e E+ Reciclagem, que receberam um investimento superior a R$ 11 milhões. **E+ Geladeira Nova:** O projeto, que substitui refrigeradores antigos e menos eficientes por modelos novos, beneficiou em 2023 3.813 clientes registrados em 56 cidades da área de concessão. **E+ Economia:** O programa orienta os consumidores sobre o uso sustentável da energia elétrica, possibilitando a substituição de lâmpadas incandescentes por outras de LED novas e mais econômicas. Em 2023 mais de 48 mil lâmpadas foram trocadas nos 96 eventos realizados, em 30 municípios da concessão. **E+ Educação:** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 78 palestras, em 30 municípios, sensibilizando 3.267 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 4,793 bilhões, 15% superior à obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais:** No ano de 2023, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R$ 3,539 bilhões, crescimento de 7,31% na comparação com 2022. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA foi positivo em R$ 454 milhões, comparado a R$ 419 milhões em 2022, crescimento de 9%. **Resultado financeiro:** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 757 milhões, contra R$ 521 milhões negativos reportados em 2022. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Na CEEE-D, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação de prejuízos acumulados. No entanto, ressaltamos que no exercício de 2023, assim como no exercício de 2022, a Companhia apurou prejuízo fiscal. **Prejuízo do exercício:** Em 2023, a CEEE-D apurou prejuízo de R$ 452 milhões, versus um prejuízo de R$ 266 milhões em 2022. **Endividamento:** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$3.469 milhões.

Investimentos

Adição por tipo de Investimento	2022	2023	Var. %
Manutenção de Rede	130	106	-19%
Expansão e Melhoria da Rede	548	462	-16%
Equipamentos e Sistemas	20	47	143%
Outros Investimentos	54	16	-71%
Total	751	630	-16%
PLPT - Programa Luz para Todos	–	–	–
Total	751	630	-16%

Investimentos

Os investimentos da CEEE-D totalizaram R$ 630 milhões em 2023, redução de 16% em relação a 2022. Tais investimentos são principalmente focados na melhoria e expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado, neste segmento destaque para as obras das Subestações do Salso e DMAE. Em 2023, aproximadamente R$ 166 milhões foram direcionados ao combate às perdas.

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	464.985	415.108
Aplicações financeiras	6	855.204	576.204
Contas a receber de clientes	7	970.078	934.536
Almoxarifado		13.143	44.850
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	–	50.912
Impostos e contribuições a recuperar	9	378.494	282.769
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		76.882	32.483
Depósitos judiciais	19	4.714	–
Serviços pedidos		122.176	41.080
Outros créditos a receber		177.944	98.535
Total do ativo circulante		**3.063.620**	**2.476.477**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	144.455	151.925
Serviços pedidos		13.038	18.934
Impostos e contribuições a recuperar	9	341.793	643.291
Depósitos judiciais	19	225.891	208.918
Outros créditos a receber		26	1.937
Investimentos		–	635
Ativo financeiro da concessão	11	609.396	485.102
Intangível	12	2.188.714	2.148.524
Ativos de contrato	13	1.061.547	691.921
Direito de uso		3.376	12.294
Total do ativo não circulante		**4.588.236**	**4.363.481**
Total do ativo		**7.651.856**	**6.839.958**

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	590.507	568.611
Fornecedores - Risco Sacado	14.1	32.853	11.211
Empréstimos e financiamentos	15	292.879	267.472
Debêntures	16	359.257	371.875
Passivo de arrendamento		611	9.516
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	37.678	254
Impostos e contribuições a recolher	17	282.595	259.011
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		631	842
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	106.702	-
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		32.758	89.847
Contribuição de iluminação pública		40.540	-
Encargos setoriais		78.176	50.823
Participação nos lucros		5.271	-
Provisão para riscos judiciais	19	407.326	376.954
Benefício pós-emprego	26	82.304	71.249
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	349.220	-
Outras contas a pagar		123.414	76.637
Total do passivo circulante		**2.822.722**	**2.154.302**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.394.944	1.235.888
Debêntures	16	2.380.295	1.473.928
Passivo de arrendamento		2.839	4.163
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	20.149	36.153
Impostos e contribuições a recolher	17	2.522.099	2.378.522
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	207.912	184.594
Encargos setoriais		39.350	108.265
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	126.599	754.774
Provisão para riscos judiciais	19	490.842	428.566
Benefício pós-emprego	26	966.137	787.802
Outras contas a pagar		32.604	37.658
Total do passivo não circulante		**8.183.770**	**7.430.313**
Passivo a descoberto			
Capital social	21	3.385.861	3.385.861
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.249.712)	(1.090.718)
Reserva de capital		1.296	722
Prejuízos acumulados		(5.492.081)	(5.040.522)
Total do passivo a descoberto		**(3.354.636)**	**(2.744.657)**
Total do passivo e passivo a descoberto		**7.651.856**	**6.839.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	22	**4.792.835**	4.467.992
Energia elétrica comprada para revenda	24	**(2.826.022)**	(2.646.745)
Custo de construção		**(630.471)**	(750.927)
Custo da operação		**(307.141)**	(450.519)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	**(3.763.634)**	(3.848.191)
Lucro bruto		**1.029.201**	619.801
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	**(132.087)**	(173.982)
Despesas gerais e administrativas	23	**(389.367)**	(137.165)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	**(33.779)**	(53.059)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	**(168.481)**	(1.248)
Total de despesas operacionais		**(723.714)**	(365.454)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**305.487**	254.347
Receitas financeiras	25	**461.392**	677.804
Despesas financeiras	25	**(1.218.438)**	(1.198.323)
Resultado financeiro		**(757.046)**	(520.519)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(451.559)**	(266.172)
Prejuízo do exercício		**(451.559)**	(266.172)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	21.3	**(6,61576)**	(3,89967)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial	21.3	**(6,61576)**	(3,89967)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		**68.255**	68.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(451.559)**	(266.172)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	**(158.994)**	178.633
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**(158.994)**	178.633
Total resultados abrangentes	**(610.553)**	(87.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(451.559)**	**(266.172)**
Ajustes para:		
Amortização	**148.866**	164.341
Baixa de intangível e investimento	**1.219**	1.626
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	**344.162**	221.198
Provisão para riscos judiciais	**214.625**	114.692
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	**33.779**	53.059
Baixa de recebíveis incobráveis	**50.208**	–
Ajuste a valor presente	**(30.833)**	87.605
Resultado em *hedge accounting* de fluxo de caixa	**129.864**	39.400
Atualização do ativo financeiro	**(24.796)**	(31.724)
Provisão e atualização dos encargos setoriais	**49.684**	15.293
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	**(87.971)**	226.728
Provisão para perdas em estoque	**65.431**	–
Participação nos lucros	**5.549**	–
Rendimentos de aplicações financeiras	**(126.425)**	(99.962)
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	**(4.617)**	(10.313)
Plano de aposentadoria e pensão	**97.090**	101.883
Valor justo das opções de compra	**5.010**	722
	419.286	618.376
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**(81.226)**	(123.667)
Almoxarifado	**31.707**	(29.617)
Serviços pedidos	**(75.200)**	(27.881)
Impostos e contribuições a recuperar	**40.088**	208.756
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(36.485)**	(23.489)
Outros créditos a receber	**(77.498)**	(14.220)
Depósitos judiciais	**(21.687)**	(8.722)
Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros	**14.565**	169.760
Fornecedores	**(81.548)**	(18.854)
Fornecedores - Risco Sacado	**21.642**	–
Impostos e contribuições a recolher	**394.960**	96.095
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(575)**	236
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**(117.183)**	(89.109)
Beneficio pós emprego	**(80.799)**	(58.219)
Contribuição de iluminação pública	**40.540**	–
Encargos Setoriais	**(91.246)**	13.761
Participação nos lucros	**(278)**	–
Provisão para riscos judiciais	**(121.977)**	(82.858)
Outras contas a pagar	**37.288**	(49.256)
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	**(204.912)**	(37.284)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(7.550)**	–
Juros pagos	**(530.554)**	(177.001)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de operacionais	**(323.730)**	404.091
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	**(27.271)**	(12.701)
Aquisições no ativos de contrato	**(606.156)**	(634.057)
Resgate das aplicações financeiras	**(152.575)**	19.470
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(786.002)**	(627.288)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(726.531)**	(505.899)
Amortização do passivo de arrendamento	**(3.050)**	(22.537)
Amortização de debêntures	**(300.000)**	–
Captação de debêntures	**1.176.319**	250.000
Captação de empréstimos e financiamentos	**1.012.871**	400.000
Fluxo de caixa líquido proveniente atividades de financiamento	**1.159.609**	121.564
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**49.877**	(101.633)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**415.108**	516.741
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**464.985**	415.108
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**49.877**	(101.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**3.385.861**	**–**	**(1.269.351)**	**(4.774.350)**	**(2.657.840)**
Valor justo das opções de compra - *vesting period*		–	722	–	–	722
Resultado abrangente do exercício						–
Resultados abrangentes (*hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)		–	–	178.633	–	178.633
Prejuízo do exercício		–	–	–	(266.172)	(266.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**3.385.861**	**722**	**(1.090.718)**	**(5.040.522)**	**(2.744.657)**
Valor justo das opções de compra - *vesting period*	21.2.1	–	574	–	–	574
Resultado abrangente do exercício						
Resultados abrangentes (*hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)		–	–	(158.994)	–	(158.994)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(451.559)	(451.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**3.385.861**	**1.296**	**(1.249.712)**	**(5.492.081)**	**(3.354.636)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional: A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia ou CEEE-D), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaita cidade Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações) tendo por controlada final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km2(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2023, 1.923.222 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4. (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. **1.2 Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R$ 240.898 (R$ 322.175 em 31 de dezembro de 2022) e, apesar de estar apresentando prejuízos recorrentes, houve um aumento significativo do resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro, devido a melhoria dos indicadores de perdas, aumento da tarifa e do volume de energia faturada, passando de R$ 254.347 em 31 de dezembro de 2022 para R$305.487 em 31 de dezembro de 2023. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de empréstimo com o Citibank, a custo de mercado e aval da Equatorial Energia S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo, conforme apresentado nas notas explicativa n°15 e 16 – Empréstimos e financiamentos e Debêntures. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão das ações de combate ao furto de energia com a mobilização de 230 equipes mobilizadas em 2022 e mantidas no exercício de 2023, frente a 50 equipes da gestão anterior; e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial Energia na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial Energia S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.3 Evento climático:** Em 15 e 16 de junho de 2023, fortes chuvas atingiram o Estado do Rio Grande do Sul e 22% dos clientes atendidos pela CEEE-D tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 422 mil clientes. A Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação. Em 13 de julho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Estado do Rio Grande do Sul e 38% dos clientes atendidos pela CEEE-D tiveram falha no fornecimento. O fenômeno natural gerou falta de energia para cerca de 730 mil clientes. A Companhia acionou o plano de contingência e mobilizou estrutura extra, realizando monitoramento em tempo real no seu centro de operação. Entre 7 e 11 de agosto de 2023, temporais com rajadas de vendo de 40 a 70 km/h impactaram no fornecimento de energia para cerca de 150 mil clientes (8% do total de consumidores). No mês de setembro, evento climático com característica similar, porém com maior duração (Entre 4 e 27 de setembro) atingiu cerca de 1,1 milhão de consumidores (58% do total de consumidores) distribuídos em toda área de concessão. As principais ações tomadas pela CEEE-D durante os eventos foram: • Priorização de situações de risco a vida: retirada de grandes blocos de carga e mobilização de cargas essenciais, tais como reposição de mais de 1.200 postes e outras estruturas essenciais; • Utilização de mais de 510.000 metros de cabos para recomposição da rede; e • Mobilização de 550 equipes alocadas em todas as regiões do Estado. No exercício de 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou R$ 1.669, em seu balanço referente a processos judiciais movidos por seus consumidores, em um total de 540 processos além de incremento em R$ 4.100 de despesas operacionais referentes a serviços de *call center*, apoio ao atendimento e materiais. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dos valores estimativos dessas estimativas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	**6.810.942**	6.851.135
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	**(33.779)**	(53.059)
Outras receitas	**6.466**	3.405
	6.783.629	6.801.481
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	**(3.456.493)**	(3.397.672)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(381.800)**	(321.571)
Outras despesas	**(269.393)**	(42.928)
	(4.107.686)	(3.762.171)
Valor adicionado bruto	**2.675.943**	3.039.310
Amortização	**(148.866)**	(164.341)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**2.527.077**	2.874.969
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**480.306**	693.977
	480.306	693.977
Valor adicionado total a distribuir	**3.007.383**	3.568.946
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**79.281**	64.232
Benefícios	**98.309**	153.382
FGTS	**24.985**	28.936
	202.575	246.550
Tributos		
Federais	**1.222.158**	1.307.437
Estaduais	**808.595**	1.080.831
Municipais	**29**	–
	2.030.782	2.388.268
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**627.627**	419.296
Alugueis	**7.147**	1.977
Outras despesas financeiras	**590.811**	779.027
	1.225.585	1.200.300
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	**(451.559)**	(266.172)
	(451.559)	(266.172)
Valor adicionado	**3.007.383**	3.568.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	18	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados	19	Reconhecimento de provisões para riscos judiciais por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Planos de opção de compra de ações	21.2	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefícios pós-emprego	26	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	27.3 e 27.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1 Receita operacional: Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

a seguir: **(i) Distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Disponibilidade de rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis: 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.4.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (*IFRS* 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.8.1 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.9. Benefícios a empregados: 3.9.1 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9.2 Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **3.9.3 Planos de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.9.4 Planos de opção de compra de ações:** A Equatorial Energia S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). **3.10 Capital social: 3.10.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.10.2 Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.11 Instrumentos financeiros: 3.11.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.11 Classificação e mensuração subsequentes: 3.11.1 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **3.11.2 Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **3.11.3 Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **3.11.4 Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.11.5 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.11.6 Desreconhecimento: 3.11.6.1 Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **3.11.6.2 Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.11.7 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.8 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. ***(a) Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº27.5.3 – Risco de mercado. **3.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*). 3.12.1 Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa n° 27.5.7 – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **3.12.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.12.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** As controladas distribuidoras da Companhia adotam a pratica de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.12.4 Ativos não financeiros:** A Companhia possui apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos do grupo ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de impairment (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 12.2 –*Impairment*. **3.13 Ajuste a valor presente (AVP): 3.13.1 Parcelamentos de contas a receber:** A Companhia utiliza 12,27% como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.13.2 Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.14 Provisão para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

3.16. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.16.1. Novas normas, alterações e interpretações. O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia.

3.16.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	Não aplicável à Companhia
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios. 4.1. Bandeiras tarifárias. Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 31 de dezembro de 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2023	2022
Janeiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Março	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Abril	Verde	Vermelha Escassez Hídrica / Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2. Sobrecontratação de energia. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Neste processo, as Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 106,91% em 31 de dezembro de 2023 (108,94% em 31 de dezembro de 2022), quando considerada a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual perfaz 104,62%. **4.3. Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2023.** A ANEEL, em reunião de diretoria pública, aprovou o RTA 2023 da CEEE-D, a ser aplicado desde 22 de novembro de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.283/2023. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário uma redução de 1,41% nas contas de energia. **4.4. Encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) –** Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.120/2021 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

Até 31/12/2023						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa n° 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5. Marco Legal - Geração Distribuída.** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na TUSD e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificados como de micro e minigeração distribuída, que é um sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução Normativa ANEEL n° 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrado como um passivo a restituir ao consumidor. O direito de receber do cliente cativo ou do órgão regulador uma possível sobrecontratação ou exposição involuntária a preços de liquidação são registrados em outros ativos a receber.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**21.656**	17.554
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**443.329**	354.902
Fundo de investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**–**	21.786
Títulos Públicos	**–**	4.841
Operações Compromissadas	**–**	16.021
Cotas de fundos de investimentos	**–**	4
Subtotal de equivalentes de caixa	**443.329**	397.554
Total	**464.985**	415.108

a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 102,53% do CDI (103,44% em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	**841.653**	480.986
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	**13.551**	–
Títulos Públicos	**–**	49.171
Letra Financeira	**–**	46.047
Total	**855.204**	576.204

(a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14 – Fornecedores. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 103,60 % do CDI (103,17% em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber de clientes. 7.1. Composição dos saldos

	2023				2022			
		Vencidos				Vencidos		
	A Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	**179.255**	**90.347**	**437.515**	**707.117**	154.025	85.152	396.670	635.847
Industrial	**8.339**	**3.134**	**57.578**	**69.051**	7.316	3.468	62.488	73.272
Comercial	**80.121**	**29.052**	**217.294**	**326.467**	65.127	24.858	195.999	285.984
Rural	**15.904**	**6.502**	**26.339**	**48.745**	14.765	6.951	23.154	44.870
Poder público	**13.052**	**1.337**	**13.400**	**27.789**	11.284	1.009	18.310	30.603
Iluminação pública	**9.595**	**684**	**39.768**	**50.047**	13.500	3.006	41.713	58.219
Serviço público	**9.719**	**509**	**2**	**10.230**	9.770	152	–	9.922
Contas a receber de consumidores faturados	**315.985**	**131.565**	**791.896**	**1.239.446**	275.787	124.596	738.334	1.138.717
Residencial	**116.179**	**19.614**	**145.517**	**281.310**	157.525	16.588	104.565	278.678
Industrial	**5.555**	**328**	**9.377**	**15.260**	4.415	594	10.347	15.356
Comercial	**50.692**	**4.436**	**84.663**	**139.791**	39.985	18.018	71.711	129.714
Rural	**27.279**	**698**	**4.633**	**32.610**	33.731	736	4.942	39.409
Poder público	**67.194**	**44**	**59**	**67.297**	65.599	4.844	53	70.496
Iluminação pública	**62.320**	**501**	**4.431**	**67.252**	53.469	15.007	4.431	72.907
Serviço público	**69**	**–**	**–**	**69**	255	–	–	255
Parcelamentos (a)	**329.288**	**25.621**	**248.680**	**603.589**	354.979	55.787	196.049	606.815
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	**239.773**	**–**	**–**	**239.773**	249.321	–	–	249.321
Baixa renda (c)	**10.783**	**–**	**–**	**10.783**	9.324	–	–	9.324
Outras	**7.541**	**–**	**–**	**7.541**	35.104	–	–	35.104
Subtotal	**903.370**	**157.186**	**1.040.576**	**2.101.132**	924.515	180.383	934.383	2.039.281
(-) PECLD	**(75.396)**	**(32.906)**	**(878.297)**	**(986.599)**	(86.515)	(36.047)	(830.258)	(952.820)
Total contas a receber de clientes	**827.974**	**124.280**	**162.279**	**1.114.533**	838.000	144.336	104.125	1.086.461
Circulante				**970.078**				934.536
Não circulante				**144.455**				151.925

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 169.388 e (R$ 200.221 em 31 de dezembro de 2022), resultando no reconhecimento de receita de R$ 30.833 no resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil. A variação refere-se, principalmente, ao consumo a menor por parte dos clientes (efeito de mercado) e a alteração da alíquota de PIS/COFINS; e (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

7.2. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	2022	(Provisões)/ Reversões	Baixas (d)	2023
Contas a receber de consumidores faturados (a)	(648.484)	**(82.996)**	**49.395**	**(682.085)**
Parcelamentos	(278.632)	**(2.638)**	**803**	**(280.467)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.939)	**(2.535)**	**–**	**(6.474)**
Outras (b)	(21.765)	**4.182**	**10**	**(17.573)**
Total (c)	(952.820)	**(83.987)**	**50.208**	**(986.599)**

	2021	(Provisões)/ Reversões	Baixas (d)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	(717.618)	32.224	36.910	(648.484)
Parcelamentos	(214.450)	(82.760)	18.578	(278.632)
Contas a receber de consumidores não faturados	(8.027)	4.088	–	(3.939)
Outras	(19.241)	(2.548)	24	(21.765)
Total	(959.336)	(48.996)	55.512	(952.820)

(a) A variação das provisões deve-se, principalmente, ao aumento do contas a receber vencido há mais de 90 dias, referente a faturas não parceladas de consumidores faturados; (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; (c) A movimentação líquida do exercício, gerou um complemento de provisão, no montante de R$ 33.779, com impacto no resultado operacional, conforme notas explicativas nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais; e (d) Valores referentes à PECLD dos títulos vencidos há mais de 10 anos, que foram baixados do contas a receber.

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificações/ transferências	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	158.837	**(7.961)**	**(184.948)**	**7.368**	**–**	**–**	**(199)**	**(26.903)**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	31.343	**1.007**	**(48.929)**	**465**	**–**	**–**	**(151)**	**(16.265)**
Rede básica	90.441	**(4.033)**	**53.987**	**12.605**	**–**	**–**	**(784)**	**152.216**
Compra de energia CVA (b)	(414.473)	**10.945**	**59.858**	**(77.968)**	**–**	**–**	**(5.852)**	**(427.490)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	108.184	**(3.414)**	**(70.775)**	**8.648**	**–**	**–**	**(1.169)**	**41.474**
Transp. Itaipu	4.027	**3.617**	**5.424**	**923**	**–**	**–**	**(38)**	**13.953**
	(21.641)	**161**	**(185.383)**	**(47.959)**	**–**	**–**	**(8.193)**	**(263.015)**
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	108.977	**(22.733)**	**96.210**	**11.403**	**–**	**–**	**848**	**194.705**
Neutralidade (d)	(11.667)	**34.506**	**(72.345)**	**(8.296)**	**–**	**–**	**–**	**(57.802)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(38.834)	**(621)**	**605**	**(601)**	**–**	**–**	**–**	**(39.451)**
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	–	**–**	**351.442**	**(656)**	**–**	**(336.452)**	**–**	**14.334**
Risco hidrológico (f)	(205.688)	**(16.234)**	**53.092**	**(10.437)**	**–**	**–**	**–**	**(179.267)**
Empréstimo escassez hídrica	(65.605)	**72.836**	**(64.908)**	**(7.230)**	**–**	**–**	**–**	**(64.907)**
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (g)	(103.686)	**12.993**	**86.233**	**(1.100)**	**(12.993)**	**–**	**–**	**(18.553)**
Outros (h)	204.462	**(77.449)**	**(115.357)**	**(201)**	**(1.572)**	**–**	**89.459**	**99.342**
	(112.041)	**3.298**	**334.972**	**(17.118)**	**(14.565)**	**(336.452)**	**90.307**	**(51.599)**
Total	(133.682)	**3.459**	**149.589**	**(65.077)**	**(14.565)**	**(336.452)**	**82.114**	**(314.614)**
Circulante								
Valores a receber	704.689							**564.327**
Valores a devolver	(653.777)							**(671.029)**
Efeito líquido ativo (passivo)	50.912							**(106.702)**
Não circulante								
Valores a receber	163.024							**175.915**
Valores a devolver	(347.618)							**(383.827)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(184.594)							**(207.912)**
Efeito líquido total	(133.682)							**(314.614)**

	2021	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificações	2022
Parcela A								
CDE - conta de desenvolvimento energético	7.702	13.687	131.449	5.999	–	–	–	158.837
Transp. Itaipu	86	3.476	202	263	–	–	–	4.027
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	10.138	(693)	19.947	1.951	–	–	–	31.343
Rede básica	59.186	48.484	(23.273)	6.044	–	–	–	90.441
Compra de energia CVA	399.249	(144.575)	(655.044)	(14.103)	–	–	–	(414.473)
ESS – encargos do serviço do sistema	277.194	(196.936)	7.777	20.149	–	–	–	108.184
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A	7.852	–	–	–	–	–	(7.852)	–
	761.407	(276.557)	(518.942)	20.303	–	–	(7.852)	(21.641)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	(97.422)	150.187	62.305	(6.093)	–	–	–	108.977
Neutralidade	45.856	(3.098)	(51.323)	(3.102)	–	–	–	(11.667)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(54.191)	(8.009)	24.020	(654)	–	–	–	(38.834)
Compensação créditos PIS/COFINS	–	–	145.440	–	–	(145.440)	–	–
Risco hidrológico	(163.525)	44.377	(75.681)	(10.858)	–	–	–	(205.687)
Empréstimos escassez hídrica	–	–	–	(4.690)	(60.915)	–	–	(65.605)
CDE Modicidade tarifária	–	–	12.597	–	(116.283)	–	–	(103.686)
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A	(54.568)	(1.397)	39.343	(1.808)	–	–	18.430	–
Outros	(18.733)	(117.887)	333.548	21.251	(3.140)	–	(10.578)	204.461
	(342.583)	64.173	490.249	(5.954)	(180.338)	(145.440)	7.852	(112.041)
Total	418.824	(212.384)	(28.693)	14.349	(180.338)	(145.440)	–	(133.682)
Circulante								
Valores a receber	827.235							704.689
Valores a devolver	(674.501)							(653.777)
Efeito líquido ativo (passivo)	152.734							50.912
Não circulante								
Valores a receber	390.769							163.024
Valores a devolver	(124.679)							(347.618)
Efeito líquido ativo (passivo)	266.090							(184.594)
Efeito líquido total	418.824							(133.682)

(a) O saldo foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição passiva da CVA de R$ 32.772, devido a redução do pagamento da cota mensal de CDE USO. As resoluções vigentes realizaram valor menor que o da cobertura da Revisão tarifária anual 2022; e pelo efeito reajuste positivo R$ 24.811, totalizando uma movimentação passiva de R$ 7.961 (ii) O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item, para o exercício foi de R$ 184.948, sendo R$ 150.241 referente a amortização negativa do exercício e R$ 34.707 pelo impacto negativo do efeito reajuste; (b) O saldo teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma movimentação no exercício de R$ 150.350 e das constituições negativas de R$ 421.585 referentes aos custos com os contratos de energia de leilão, que realizaram valor menor em relação a cobertura tarifaria, e pelo efeito positivo de efeito reajuste de R$ 282.180 resultando o movimento líquido positivo de R$ 10.945. O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 59.858, sendo R$ 315.124 referente a amortização positiva do exercício e R$ 255.266 pelo impacto negativo do efeito reajuste; (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas, que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi para cobrir as despesas com Encargo de Energia Reserva, que tem se realizado acima da cobertura tarifária até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a conta de ESS que resultou em uma constituição negativa de R$ 3.414, sendo R$ 32.915 referente a constituição positiva do exercício referente a CVA ESS e R$ 36.329 referente efeito negativo de efeito reajuste. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 70.775, sendo R$ 100.297 referente a amortização negativa do exercício e R$ 29.522 pelo impacto positivo do efeito reajuste; (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no exercício de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante positivo de R$ 34.506. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 72.345; (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; (f) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando amortização positiva de R$ 53.092; (g) Refere-se ao valor aportado pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. Em 24 de abril de 2023 houve uma nova liberação por meio do despacho nº 1.120/2023 no valor de R$12.993. O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 86.233; (h) No componente Outros são considerados todas os saldos em amortização e em constituição dos demais componentes financeiros, onde destacamos: com efeito positivos os financeiros: (i) Fin. Rec. Itaipú R$ 73.357, (ii) Recomposição RTP R$ 31.235, (iii) Garantia financeira R$ 1.183, (iv) Ajuste Encargo Conexão R$ 479, e com efeito negativos financeiros (v) Reversão de créditos associados à REN nº 376 e 414 R$ 959, (vi) Encargos CDE covid migrante livre R$ 1.428, (vii) Ressarcimento Ômega R$ 1.626 e (viii) Neutralidade COVID R$ 2.899, adicionalmente, do saldo de reclassificação de R$ 89.459, R$ 82.214 refere-se a valor referente à recomposição dos recursos à Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu, nos termos do Decreto nº 10.665/2021 e a Resolução Homologatória nº 2.969/2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 17.370 (R$ 239.145 em 31 de dezembro de 2022) de bandeira tarifária, sendo que R$ 1.568 (R$ 214.111 em 31 de dezembro de 2022) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R$ 15.802 (R$ 25.034 em 31 de dezembro de 2022) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2023	2022
Circulante		
ICMS a recuperar	**42.701**	68.682
PIS e COFINS	**9.303**	27.570
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	**326.191**	186.158
Outros	**299**	359
Total circulante	**378.494**	282.769
Não circulante		
ICMS a recuperar	**116.041**	111.743
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	**225.752**	531.470
Outros	**–**	78
Total não circulante	**341.793**	643.291
Totais impostos e contribuições a recuperar	**720.287**	926.060

(a) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R$ 551.943 (R$ 717.628 em 31 de dezembro de 2022), líquido de compensação com impostos federais, após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação, conforme nota explicativa nº 20 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda sobre folha de pagamento, PIS e COFINS e retenções federais.

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

10. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Outras contas a receber	**Nota**	**Ativo (Passivo)**	**Efeito no resultado (Despesa)**	**Ativo (Passivo)**	**Efeito no resultado (Despesa)**
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.228	5.942	42	42
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.080	8.276	58	58
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	513	2.484	17	17
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	856	4.143	29	29
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(a)	95	460	3	3
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	9	43	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	9	42	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	13	62	1	1
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	21	102	1	1
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	10	46	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	11	52	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	11	54	1	1
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	15	72	1	1
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(a)	14	68	1	1
Total		5.885	21.846	154	154
Outros créditos a receber - *Intercompany*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2	–	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.810	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	729	–	–	–
Equatorial Piaui Distribuidora de Energia S.A.	(b)	456	–	–	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	255	–		
Total		5.252	–	–	–
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(424)	–	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(80)	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(116)	–	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(231)	–	–	(244)
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(c)	(12)	–	–	–
Equatorial Telecomunicações	(d)	(575)	(3.770)	(6)	(1.782)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e)	(221)	–	(177)	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e)	(201)	–	(166)	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e)	(307)	–	(238)	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	(524)	–	(437)	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e)	(243)	–	(201)	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e)	(302)	–	(250)	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(e)	(193)	–	(176)	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e)	(348)	–	(280)	–
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(e)	(216)	–	(324)	–
Instituto Equatorial	(f)	(11.304)	(13.047)	–	–
Equatorial Serviços	(g)	(5.931)	(27.174)	–	–
Total		(21.228)	(43.991)	(2.255)	(2.026)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(4.857)	(17.196)	(4.545)	(4.545)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(683)	(7.078)	(1.684)	(1.684)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(585)	(2.971)	(921)	(921)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(573)	(2.359)	(622)	(622)
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A.	(a)	(138)	(441)	(73)	(73)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	(3)	(7)	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	(7)	(21)	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	(1)	(3)	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	(138)	(377)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	(4)	(8)	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	(1)	(3)	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	(9)	(19)	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	(6)	(13)	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(a)	(26)	(54)	(4)	(4)
Controladora indireta					
Equatorial Energia	(h)	(10.878)	(35.152)	(5.548)	(5.548)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV		–	(397)	–	–
Total		(17.909)	(66.099)	(13.399)	(13.399)

		2023		2022	
Investimentos em serviço - (bens em comodato)	**Nota**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(i)	205	(205)	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	118	(118)	121	(121)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (b) Os valores são provenientes da venda de materiais para o ativo imobilizado; (c) Os valores são provenientes da compra de materiais para o ativo imobilizado; (d) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A.; (e) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (f) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a CEEE-D (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (i) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. para a CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. para à CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. **10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração, Conselho de Administração, o Presidente e Diretores, incluindo o Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. A remuneração anual total foi fixada em até R$ 5.200 (R$ 5.200 em 31 de dezembro de 2022), conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e b) remuneração baseada em ações. Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 - Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.2 – Plano de opção de compra de ações. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	2023	%
Remuneração fixa anual	3.946	100%
Salário ou Pró-labore	2.635	66%
Benefícios diretos e indiretos	1.311	34%
Valor total da remuneração	3.946	100%

10.2. Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus(*), nos contratos de empréstimos, financiamento, debêntures e apólice de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (a)
Sumitomo Mitsui Banking	250.000	100	13/08/2021	13/08/2024	250.000	234.023
1ª Emissão de Debêntures 1ª Série	1.200.000	100	19/08/2021	15/08/2026	1.200.000	937.705
1ª Emissão de Debêntures 2ª Série	300.000	100	19/08/2021	15/09/2029	300.000	353.170
1ª Nota Comercial	400.000	100	17/10/2022	14/10/2027	400.000	410.566
2ª Emissão de Debêntures 1ª Série	250.000	100	23/12/2022	15/12/2029	250.000	262.261
Citibank	583.800	100	30/06/2023	27/01/2027	583.800	603.407
Bank of América	233.760	100	06/07/2023	29/01/2027	233.760	239.871
3ª Emissão de Debêntures Série Única	180.000	100	09/08/2023	15/07/2030	180.000	186.565
BNDES 21/22/23	200.000	100	27/09/2023	15/12/2036	200.000	199.956
4ª Emissão de Debêntures Série Única	1.000.000	100	20/12/2023	11/12/2029	1.000.000	999.851
Apólices de Seguros	335.288	100	31/07/2021	11/09/2028	N/A	N/A
Total	4.932.848				4.597.560	4.427.375

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos, estão líquidos de custo de captação. **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	2023
Ativo financeiro	680.923	28.921	77.525	787.369
Obrigações especiais	(195.821)	(4.125)	21.973	(177.973)
Total ativo financeiro da concessão	485.102	24.796	99.498	609.396

	2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	2022
Ativo financeiro	620.860	33.158	26.905	680.923
Obrigações especiais	(194.387)	(1.434)	–	(195.821)
Total ativo financeiro da concessão	426.473	31.724	26.905	485.102

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 22 - Receita operacional líquida; e (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **12. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)		2023 Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,11%	4.661.243	(2.285.165)	(187.364)	2.188.714
Total		4.661.243	(2.285.165)	(187.364)	2.188.714

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)		2022 Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	3,77%	4.490.140	(2.171.945)	(169.671)	2.148.524
Total		4.490.140	(2.171.945)	(169.671)	2.148.524

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2045, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão. **12.1. Movimentação do ativo intangível**

	2022	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	4.490.140	28.621	(40.422)	182.904	4.661.243
(-) Amortização	(2.171.945)	(153.058)	39.838	–	(2.285.165)
Total em serviço	2.318.195	(124.437)	(584)	182.904	2.376.078
Obrigações especiais (b)	(265.402)	(6.129)	–	(21.973)	(293.504)
(-) Amortização	95.731	10.409	–	–	106.140
Total em obrigações especiais	(169.671)	4.280	–	(21.973)	(187.364)
Total	2.148.524	(120.157)	(584)	160.931	2.188.714

	2021	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificação	2022
Em serviço	4.320.480	12.701	(32.211)	190.311	(1.141)	4.490.140
(-) Amortização	(2.036.155)	(156.517)	30.585	–	(9.858)	(2.171.945)
Total em serviço	2.284.325	(143.816)	(1.626)	190.311	(10.999)	2.318.195
Obrigações especiais em serviço (b)	(265.003)	–	–	(399)	–	(265.402)
(-) Amortização	84.359	11.372	–	–	–	95.731
Total em obrigações especiais	(180.644)	11.372	(1.626)	(399)	–	(169.671)
Total	2.103.681	(132.444)	(1.626)	189.912	(10.999)	2.148.524

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **12.2 *Impairment:* • Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida:** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuou revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. **• Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos: Taxa de desconto:** Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (21 anos). A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores do Grupo. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que o Grupo é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto utilizada foi de 11,25%, em 31 de dezembro de 2023 (11% em 31 de dezembro de 2022). **Sensibilidade:** As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. **Receita Operacional Líquida:** A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de Construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente. **Custo do Serviço:** As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA. As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVA's e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfa tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras. Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela Aneel com réplica da metodologia para cálculos futuros. Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras. Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso. **Despesas Operacionais (OPEX):** Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço operacional necessário para adequação dos indicadores de DEC e FEC aos patamares regulatórios. Índice de arrecadação (IAR) O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança do Grupo Equatorial e os resultados esperados para a realidade da distribuidora. Investimentos (CAPEX) O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes. **13. Ativos de contrato:** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (c)	Transferências (b) Ativo intangível	Transferências (b) Ativo financeiro	2023
Ativos de contrato (d)	830.091	695.902	(182.904)	(77.525)	1.265.564
(-) Provisão para perda de estoque	(45.034)	(65.431)	–	–	(110.465)
Obrigações especiais (c)	(93.136)	(416)	21.973	(21.973)	(93.552)
Total	691.921	630.055	(160.931)	(99.498)	1.061.547

	2021	Adições (c)	Transferências (b) Ativo intangível	Transferências (b) Ativo financeiro	Reclassificações	2022
Ativos de contrato (d)	225.451	750.927	(190.311)	(26.905)	70.929	830.091
(-) Provisão para perda de estoque	(45.034)	–	–	–	–	(45.034)
Obrigações especiais (a)	(60.289)	(33.246)	399	–	–	(93.136)
Total	120.128	717.681	(189.912)	(26.905)	70.929	691.921

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (c) O montante de R$ 630.055 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R$ 606.156 impactaram o Caixa da Companhia e, conforme nota explicativa n° 28.1 - Transações que não afetam caixa, R$ 21.330 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R$ 60.094 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R$ 7.906 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 - Empréstimos e financiamentos e R$ 65.431 refere-se a provisão para perda de estoque; e (d) A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R$ 194.765 classificados como almoxarifado, classificados como ativos de contrato no ativo não circulante, referentes a materiais destinados a melhoria e expansão de rede tais como postes, cabos, medidores, religadores e transformadores. A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício, findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14. Fornecedores

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica (a)	356.151	285.352
Encargos de uso da rede elétrica	109.133	74.228
Materiais e serviços (b)	103.995	206.776
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	21.228	2.255
Total	590.507	568.611

(a) O aumento do saldo de fornecedores em R$ 70.799 foi devido, principalmente, as despesas da liquidação CCEE no mercado de curto prazo que aumentaram em R$ 85.925 e uma redução no Contrato da Usina Itaipu em R$ 15.126; e (b) O saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência e a redução em relação ao exercício 31 de dezembro de 2022, ocorreu devido ao alto volume de investimentos no exercício anterior na nova área de concessão, no período da aquisição da Companhia pelo Grupo Equatorial. **14.1 Fornecedores - Risco sacado:** A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 14) os valores relacionados às operações de risco sacado, apesar de manter a essência de uma transação mercantil. A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou R$ 32.853 e R$ 11.211, respectivamente, em valores de fornecedores – risco sacado, os quais possuem um prazo médio de liquidação de 49 dias.

15. Empréstimos e financiamentos: 15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US$)					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,8475%	Aval/Fiança	7.705	232.166	239.871
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	CDI + 1,45%	Aval/Fiança	234.023	–	234.023
Citibank	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	22.451	580.956	603.407
Total moeda estrangeira US$ (a)			264.179	813.122	1.077.301
Moeda nacional					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 7,38%	Aval/Fiança+ Conta Reserva + Recebíveis	18.489	186.069	204.558
Nota comercial	CDI + 1,40%	Aval/Fiança	10.566	400.000	410.566
Subtotal			29.055	586.069	615.124
(-) Custo de captação			(355)	(4.247)	(4.602)
Total moeda nacional			28.700	581.822	610.522
Total empréstimos e financiamentos			292.879	1.394.944	1.687.823

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US$)					
Bank Of America (BOFA)	CDI + 1,50%	Aval/Fiança	253.919	–	253.919
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	CDI + 1,45%	Aval/Fiança	2.089	250.129	252.218
Total moeda estrangeira US$ (a)			256.008	250.129	506.137
Moeda nacional					
Nota comercial	CDI + 1,40%	Aval/Fiança	11.882	400.000	411.882
Notas promissórias	CDI + 1,40%	Aval/Fiança	–	586.037	586.037
Subtotal			11.882	986.037	997.919
(-) Custo de captação			(418)	(278)	(696)
Total moeda nacional			11.464	985.759	997.223
Total empréstimos e financiamentos			267.472	1.235.888	1.503.360

(a) Considera-se no custo da dívida do *Bank Of America, Sumitomo Mitsui Banking Corporation e Banco Citibank*, o custo da ponta passiva do swap. **15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos:** A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.464	985.759	256.008	250.129	1.503.360
Ingressos	–	200.000	–	817.560	1.017.560
Encargos	216.971	(86.037)	38.112	–	169.046
Variação monetária e cambial	122	1.453	(20.998)	(28.043)	(47.466)
Transferências	514.664	(514.664)	226.524	(226.524)	–
Amortizações de principal (a)	(500.000)	–	(226.531)	–	(726.531)
Pagamentos de juros (a)	(215.304)	–	(8.936)	–	(224.240)
Custo de captação (b)	783	(4.689)	–	–	(3.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.700	581.822	264.179	813.122	1.687.823

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	186.763	513.644	379.255	539.247	1.618.909
Ingressos	–	400.000	–	–	400.000
Encargos	23.491	71.698	13.150	–	108.339
Variação monetária e cambial	–	–	(54.268)	(34.406)	(88.674)
Transferências	(417)	417	254.712	(254.712)	–
Amortizações de principal	(186.660)	–	(319.239)	–	(505.899)
Pagamentos de juros	(12.129)	–	(17.602)	–	(29.731)
Custo de captação	416	–	–	–	416
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.464	985.759	256.008	250.129	1.503.360

(a) Em 25 de outubro de 2023, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, realizou resgate antecipado em sua totalidade, da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no montante de R$ 656.801, sendo R$ 500.000 amortização de principal, e R$ 156.801, pagamento de juros; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3 Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Citibank	583.800	jun-23	Semestral	Customizada	Capital de Giro	USD + Sofr + 1,09%	CDI + 1,85%
Bank Of America	233.760	jul-23	Anual	Bullet	Capital de Giro	USD + 6,7882%	CDI + 1,8475%
BNDES	200.000	set-23	Trimestral/ Mensal após carência	Mensal após carência	Investimento	IPCA + 7,38%	Não se aplica
Total	1.017.560						

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	292.879	17%
2025	15.506	1%
2026	73.532	4%
2027	1.170.602	69%
2028	15.506	1%
Até 2036	124.045	8%
Subtotal	1.399.191	83%
Custo de captação (Não circulante)	(4.247)	0%
Não circulante	1.394.944	83%
Total	1.687.823	100%

15.5. *Covenants* dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	*Bank of America*	Sumitomo	Nota Comercial	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2023, a apuração da Companhia, indica, cumprimento da interveniente garantidora Equatorial Energia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

16. Debêntures: 16.1. Movimentação de debêntures. A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	371.875	1.473.928	1.845.803
Ingressos	–	**1.180.000**	**1.180.000**
Encargos	**199.358**	–	**199.358**
Transferências	**298.698**	**(298.698)**	–
Amortização de principal	**(300.000)**	–	**(300.000)**
Pagamento de juros	**(211.975)**	–	**(211.975)**
Variação monetária e cambial	–	**28.746**	**28.746**
Custo de captação (a)	**1.301**	**(3.681)**	**(2.380)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**359.257**	**2.380.295**	**2.739.552**
	Passivo circulante	**Passivo não circulante**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.178	1.504.849	1.544.027
Ingressos	–	250.000	250.000
Encargos	179.967	–	179.967
Transferências	298.698	(298.698)	–
Pagamento de juros	(147.270)	–	(147.270)
Variação monetária e cambial	–	17.777	17.777
Custo de captação (a)	1.302	–	1.302
Saldos em 31 de dezembro de 2022	371.875	1.473.928	1.845.803

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2. Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
3ª Emissão - Série única	180.000	ago-23	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,50%	Não se aplica
4ª Emissão - Série única	1.000.000	dez-23	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,65%	Não se aplica
Total	1.180.000						

16.3. Cronograma de amortização da dívida. As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2023	
Vencimento	Valor	%
Circulante	**359.257**	**13%**
2025	**300.000**	**11%**
2026	**300.000**	**11%**
2027	**200.000**	**7%**
2028	**573.166**	**21%**
Até 2030	**1.016.888**	**37%**
Subtotal	**2.390.054**	**87%**
Custo de captação (Não circulante)	**(9.759)**	**0%**
Total não circulante	**2.380.295**	**87%**
Total debêntures	**2.739.552**	**100%**

16.4. Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo circulante	Passivo não circulante	2023 Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	Aval/Fiança	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	**343.783**	**593.922**	**937.705**
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	Aval/Fiança	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	**6.838**	**346.332**	**353.170**
2ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	Aval/Fiança	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	**646**	**261.614**	**262.260**
3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	Aval/Fiança	180.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	**4.468**	**182.097**	**186.565**
4ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	Aval/Fiança	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	dez/23	dez/29	**3.522**	**996.330**	**999.852**
								359.257	**2.380.295**	**2.739.552**

(1) Emissão pública de debêntures simples (3) Não conversíveis em ações (4) Espécie Quirografária (5) Debêntures Incentivadas (6) Garantia Fidejussória. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e (b) Considera-se no custo da 2ª Debêntures, 1ª série, o custo da ponta passiva do *swap*. **16.5. *Covenants* das debêntures.** As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**	**2ª debêntures**	**3ª debêntures**	**4ª debêntures**
1ª Dívida líquida / EBITDA: < = 4,5	3,3	3,3	3,3	3,3

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
Circulante		
ICMS (a)	**30.103**	2.304
ICMS parcelamento (b)	**105.990**	89.646
PIS e COFINS	**132.312**	131.870
Parcelamento Federal	**942**	26.283
ISS	**4.135**	4.172
Outros	**9.113**	4.736
Subtotal	**282.595**	259.011
Não circulante		
ICMS parcelamento (b)	**2.522.099**	2.378.522
Subtotal	**2.522.099**	2.378.522
Total	**2.804.694**	2.637.533

(a) Aumento no exercício ocorreu devido, principalmente, a variação das alíquotas do ICMS, para as classes consumidoras residencial, comercial, serviço e poder público e consumo próprio que, em 31 de dezembro de 2021, eram de 30% e, a partir de 01 de janeiro de 2022, reduziram para 25%, e em de 23 de junho de 2022, entrou em vigência da LC 194/22, que reduziu a alíquota do ICMS para 17%; e devido a metodologia de cálculo do imposto a recolher, ou seja, antecipação calculada sobre o saldo mês anterior, quando da exclusão da TUSD da base de cálculo de ICMS em outubro/22 a antecipação realizada foi maior que a devida restando um saldo a compensar nos meses novembro e dezembro/22, por isso o saldo baixo a recolher em dezembro; e (b) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R$ 82.655, refere-se a parcelamentos ordinários, e R$ 2.545.434 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	**1.490.473**	–	**1.490.473**
Multa	**396.728**	**(238.037)**	**158.691**
Juros	**658.233**	**(394.940)**	**263.293**
Total	**2.545.434**	**(632.977)**	**1.912.457**

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher

	2023 Valor	%
Circulante	**105.990**	**4%**
2025	**107.413**	**4%**
2026	**114.833**	**4%**
2027	**98.949**	**4%**
2028	**98.949**	**4%**
Após 2028	**2.101.955**	**80%**
Não circulante	**2.522.099**	**96%**
Total	**2.628.089**	**100%**

18. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 18.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	**(451.559)**	**(451.559)**	(266.172)	(266.172)
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**(112.890)**	**(40.640)**	(66.543)	(23.955)
Adições:				
Provisão para riscos judiciais	**76.102**	**27.397**	17.639	6.350
PECLD	**36.655**	**13.196**	94.685	34.087
Ajuste a valor presente	**1.553**	**559**	29.302	10.549
Variação de *Swap*	**11.279**	**4.060**	9.851	3.546
Provisão para perda de estoque	**16.338**	**5.882**	–	–
Valor Novo de Reposição – VNR	**956**	**344**	–	–
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	**163**	**59**	–	–
Atuarial	**24.270**	**8.737**	–	–
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	–	–	458	165
Variação cambial	**25.412**	**9.148**	27.874	10.034
Outras provisões permanentes	**306**	**18**	–	–
Outras provisões	**505**	**193**	10.948	3.941
Total adições	**193.539**	**69.593**	190.757	68.672
Exclusões:				
Reversão de provisão para riscos judiciais	**(65.481)**	**(23.573)**	(26.048)	(9.377)
PECLD	**(28.332)**	**(10.199)**	(18.619)	(6.703)
Variação de *Swap*	**(2.398)**	**(863)**	–	–
Provisão para participação nos lucros	**(207)**	**(74)**	–	–
Ajuste a valor presente	**(7.155)**	**(2.576)**	(5.315)	(1.914)
Valor Novo de Reposição – VNR	**(26.208)**	**(9.435)**	(8.290)	(2.984)
Variação Cambial	**(225)**	**(81)**	(75.942)	(27.339)
Receita de Construção – CPC 47/IFRS 15	**(328)**	**(118)**	–	–
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	**(17.679)**	**(6.364)**	(4.193)	(1.510)
Provisão atuarial	**(16.978)**	**(6.112)**	–	–
Outras provisões permanentes	**(174.252)**	**(62.729)**	(2.050)	(738)
Total exclusões	**(65.481)**	**(23.573)**	(140.457)	(50.565)
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa de CSLL	**(93.603)**	**(33.776)**	(16.243)	(5.848)

18.2. Impostos diferidos não reconhecidos. A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois esta em fase de afirmação do período de *turn around* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o saldo de R$ 2.645.637 (R$ 2.463.075 em 31 de dezembro de 2022) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2023		2022	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	**7.437.242**	**1.859.311**	7.030.634	1.757.658
Base negativa de CSLL	**7.440.608**	**669.655**	7.031.830	632.865
Diferenças temporárias	**343.151**	**116.671**	213.387	72.552
Total	**15.221.001**	**2.645.637**	14.275.851	2.463.075

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais. **19. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023		2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	**361.485**	**13.378**	363.254	14.275
Fiscais	**547**	**639**	1.426	491
Trabalhistas	**434.418**	**216.588**	385.216	194.152
Regulatório	**68.164**	–	24.635	–
Ambiental	**33.554**	–	30.989	–
Total	**898.168**	**230.605**	805.520	208.918
Circulante	**407.326**	**4.714**	376.954	–
Não circulante	**490.842**	**225.891**	428.566	208.918

19.1. Movimentação dos riscos no exercício

	2022	2023				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis i)	363.254	**48.072**	**(38.781)**	**(61.604)**	**50.544**	**361.485**
Fiscais ii)	1.426	**19**	–	**(452)**	**(446)**	**547**
Trabalhistas iii)	385.216	**135.979**	**(83.196)**	**(71.312)**	**67.731**	**434.418**
Regulatório iv)	24.635	**50.273**	–	**(6.577)**	**(167)**	**68.164**
Ambiental v)	30.989	**52**	–	**(4)**	**2.517**	**33.554**
Total contingências	805.520	**234.395**	**(121.977)**	**(139.949)**	**120.179**	**898.168**

	2021	2022				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	369.133	53.777	(27.745)	(62.949)	31.038	363.254
Fiscais	1.802	56	(2)	(172)	(258)	1.426
Trabalhistas	353.701	122.940	(55.108)	(75.364)	39.047	385.216
Regulatório	21.749	–	–	–	2.886	24.635
Ambiental	27.301	7	(3)	–	3.684	30.989
Total contingências	773.686	176.780	(82.858)	(138.485)	76.397	805.520

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no exercício; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Cíveis (i)	**109.858**	120.847
Fiscais (ii)	**95.426**	90
Trabalhistas (iii)	**4.682**	482
Regulatório (iv)	–	32
Ambiental (v)	–	101
Total	**209.966**	121.552

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos: **i) Cíveis.** A Companhia figura como ré em 9.771 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023, os quais, em sua grande maioria, referem-se ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, repetição do indébito por má-classificação tarifária, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica (eletroplessão) ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Esses processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 361.485 (R$ 363.254 em 31 de dezembro de 2022). Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 223.253 (R$ 208.283 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	**2023**	**2022**
Debêntures (a)	**223.253**	208.283
Falha no fornecimento	**38.005**	47.023
Desclassificação na secagem de fumo	**19.283**	23.388
Classificação tarifária	**18.368**	16.840
Quebra de contrato	**10.354**	14.854
Portaria DNAEE 38/86 e 45/86	**9.560**	9.026
Convênio de devolução	**6.866**	–
Falha no atendimento	**6.539**	6.457
Declaração de direitos reais	**5.896**	8.615
Cobrança indevida	**5.181**	7.236
Outras	**18.180**	21.532
Total	**361.485**	363.254

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 109.858 (R$ 120.847 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 63.645 (R$ 63.514 em 31 de dezembro de 2022). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite.

	2023	2022
Debêntures (b)	**63.645**	63.514
Desclassificação na secagem de fumo	**9.171**	14.244
Falha no fornecimento	**6.455**	12.266
Fraude questionada	**5.766**	6.646
Quebra de contrato	**4.822**	3.732
Portarias DNAEEE 38/86 e 45/86	**4.075**	4.752
Cobrança indevida	**2.649**	2.666
Acidente com terceiros	**1.774**	1.705
Falha no atendimento	**1.230**	1.812
Corte indevido	**951**	1.003
Outras	**9.320**	8.507
Total	**109.858**	120.847

(a) Trata-se de ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado; e (b) Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. **ii) Fiscais.** A Companhia figura como ré em 462 processos fiscais em 31 de dezembro de 2022 (443 processos em 31 de dezembro de 2022).

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	**2023**	**2022**
Tributos municipais	**504**	1.357
PIS/COFINS	**43**	64
Exibição de documentos	–	3
ICMS	–	2
Total	**547**	1.426

Além dos processos provisionados, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 95.426 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 90 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são de estorno dos créditos do PIS e da COFINS sobre Perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e Contribuição de iluminação publica, no valor aproximado de R$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem viés remoto, devido a negociação em curso entre as partes.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	**2023**	**2022**
Tributos federais	**69.863**	68
Tributos estaduais	**18**	–
Tributos municipais	**25.365**	–
Resguardo de direito	**106**	8
Título judicial	**74**	14
Total	**95.426**	90

iii) Trabalhistas. O passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2023, é composto por 6.836 reclamações ajuizadas (6.899 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2022) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	**2023**	**2022**
Horas extras	**125.825**	100.401
Responsabilidade subsidiária	**57.958**	60.886
Responsabilidade solidária	**31.604**	32.024
Dispensas PAE	**31.139**	29.823
Ex-autárquico	**27.773**	28.158
Danos morais	**26.758**	20.012
FGTS	**22.664**	10.770
Diferença salarial	**15.626**	24.061
Adicional penosidade	**15.227**	19.223
Acidente de trabalho	**7.857**	8.365
Outros	**71.987**	51.493
Total	**434.418**	385.216

Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 4.682 (R$ 482 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. **iv) Regulatórios.** A Companhia figura como ré em 206 processos regulatórios em 31 de dezembro de 2023 (373 processos em 31 de dezembro de 2022), no montante de R$ 68.164 (R$ 24.635 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)	**2023**	**2022**
Compra e venda de energia (a)	**17.985**	17.405
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	–	7.140
Conta de desenvolvimento energético – CDE	–	75
Ilegalidade - Parcela A	**15**	15
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) (b)	**50.164**	–
Total	**68.164**	24.635

(a) Processo ingressado para cobrar indenização da CEEE-D por atraso na formalização da resilição de contrato de Geração Distribuída; e (b) Refere-se as multas aplicadas pela AGERGS, Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecimento. A Companhia possui outros processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R$ 32 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 32 em 31 de dezembro de 2022). **v) Ambientais.** A Companhia figura como ré em 110 processos ambientais em 31 de dezembro de 2023 (129 processos em 31 de dezembro de 2022). O valor de R$ 33.355 (R$ 30.989 em 31 de dezembro de 2022) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS. A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, possui processos ambientais, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R$ 101 (R$ 101 em 31 de dezembro de 2022).

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2021 as distribuidoras a Companhia, constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação e o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R$ 53.175 (R$ 63.217 em 31 de dezembro de 2022); (ii) compensação de débitos tributários de R$ 227.799 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; e (iii) amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R$ 336.452.

	2023	2022
Ativo		
Circulante – nota explicativa nº 9	**326.191**	186.158
Não circulante – nota explicativa nº 9	**225.752**	531.470
PIS e COFINS a recuperar	**551.943**	717.628
Passivo (a)		
Circulante	**349.220**	–
Não circulante	**126.599**	754.774
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**475.819**	754.774

Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	2023 Valor	%
Circulante	**326.191**	**59%**
2025	**225.752**	**41%**
Não circulante	**225.752**	**41%**
Total	**551.943**	**100%**

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia realizou atualização financeira, referente à taxa SELIC, no montante de R$ 4.617 (R$ 7.559 em 31 de dezembro de 2022), sobre a qual houve incidência de PIS/COFINS, no montante de R$ 215 (R$ 351 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado a seguir:

Resultado		
(+) Receita financeira	**2023**	**2022**
PIS/COFINS consumidores a restituir	**4.617**	7.559
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	**(215)**	(351)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.402**	7.208

21. Passivo a descoberto: 21.1 Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 3.385.861 (R$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2022), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentos e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	2023			
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	**64.920.583**	**1.087**	**64.921.670**	**95,12%**
Eletrobras	**3.067.033**	**87.638**	**3.154.671**	**4,62%**
Outros	**103.300**	**75.289**	**178.589**	**0,26%**
Total	**68.090.916**	**164.014**	**68.254.930**	**100,00%**

21.2 Planos de opção de compra de ações: A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **21.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

4º Outorga

Vesting Date	Opções exercíveis
11/03/2023	**37.500**
11/03/2024	**37.500**
11/03/2025	**37.500**
11/03/2026	**37.500**
	150.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023
Valor justo na data de outorga	**11,71**
Data da outorga: 11/03/2022	
Quantidade outorgada	**150.000**
Preço da ação na data de outorga	**25,34**
Valor justo ponderado do *vesting period*	**23,28**
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,89%**
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**12,26%**

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco: Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2023 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **c. Forma de determinação da volatilidade esperada:** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em opções	Número de Opções 2023	Valor justo ponderado do preço 2023	Número de opções 2022	Valor justo ponderado do preço 2022
Existentes em 1° de janeiro	**150.000**	**23,59**	–	–
Outorgadas durante o exercício	**–**	**–**	150.000	23,59
Existentes ao fim do exercício	**150.000**	**–**	150.000	–

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 574 (R$ 722 em 31 de dezembro de 2022) para a Companhia, e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve movimentação das outorgas existentes em 31 de dezembro de 2022. **21.2.2 Plano de outorga de "*Phantom Shares*" - Contrato 2019:** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo Equatorial ("Grupo") criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Equatorial Energia S.A ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1° de maio de 2025 e 1° de maio de 2026. **b. Forma de cálculo da despesa do programa:** Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço 2023
Outorgadas durante o exercício	**135.000**	**33,35**
Existentes ao fim do exercício	**135.000**	**–**

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 4.307 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R$ 33,35 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. O plano de "*Phantom shares*" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. **21.2.3 Plano de outorga de "*Phantom Shares*" – Contrato 2023:** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares Vestidas* a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. ***a.* Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1º Período de Carência"); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2º Período de Carência"); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). ***b.* Forma de cálculo da despesa do programa:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço 2023
Outorgadas durante o exercício	**60.343**	**33,28**
Existentes ao fim do exercício	**60.343**	**–**

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 129 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R$ 33,28 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **21.3 Prejuízo por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir concilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	2023			2022		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do exercício	**(383.547)**	**(924)**	**(384.471)**	(265.532)	(640)	(266.172)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações	**68.091**	**164**	**68.255**	68.091	164	68.255
Prejuízo básico e diluído por ação	**(5,63286)**	**(5,63286)**	**(5,63286)**	(3,89967)	(3,89967)	(3,89967)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

22. Receita operacional líquida: A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2023	2022
Receita de distribuição (a)	**4.788.062**	5.141.088
Remuneração financeira WACC (b)	**121.527**	96.420
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	**153.048**	(241.077)
Subvenção CDE - Outros (d)	**173.861**	218.590
Fornecimento de energia elétrica	**5.236.498**	5.215.021
Suprimento de energia elétrica (d)	**150.700**	194.913
Receita pela disponibilidade - uso da rede	**551.203**	456.205
Receita de construção (e)	**630.471**	750.927
Atualização dos ativos financeiro e contrato (f)	**24.796**	31.724
Outras Receitas	**217.274**	202.345
Receita operacional bruta	**6.810.942**	6.851.135
Deduções		
ICMS sobre venda de energia elétrica (g)	**(808.595)**	(1.080.831)
PIS e COFINS	**(461.051)**	(510.468)
Encargos do consumidor	**(43.063)**	(40.695)
ISS	**(29)**	–
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (d)	**(672.172)**	(710.779)
Penalidades DIF/FIC e outras	**(33.197)**	(40.370)
Deduções da receita operacional	**(2.018.107)**	(2.383.143)
Receita operacional líquida	**4.792.835**	4.467.992

(a) A variação deve-se principalmente por: (i) variação da bandeira tarifária que passou de escassez hídrica até abril de 2022, para bandeira verde em todo exercício de 2023; (ii) alíquota média de ICMS sobre a receita em 2022 foi de 23%, enquanto em 2023 a alíquota média ficou inferior a 15%; (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL; (c) A variação positiva de R$ 394.125 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R$ 425.775 em relação ao exercício anterior; (ii) variação negativa pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R$ 40.638; (iii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram, na média, inferiores aos custos efetivamente pagos em 2023, gerando variação positiva de Parcela A de R$ 25.015, quando comparado com o mesmo exercício em 2022 e; (iv) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R$ 16.027; (d) Refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE conforme resoluções ANEEL n° 3.165 de 13 de dezembro de 2022 e n° 3.175 de 07 de março de 2023 e bônus de incentivo de consumo, de acordo com ofício circular nº 38/2022- SFF/ANEEL; (e) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; (f) Houve redução considerável do índice de inflação adotado, o IPCA, que passou de 5,79% até dezembro de 2022 para 4,62% até dezembro de 2023; e (g) A variação é proveniente da publicação da Lei Complementar nº 194/22, que reduziu as alíquotas de ICMS conforme explicado na nota (a). **23. Custo do serviço e despesas operacionais:**

	2023				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	**(35.267)**	**(28.655)**	**(165.611)**	**–**	**(229.533)**
Material	**(9.968)**	**(672)**	**1.172**	**–**	**(9.468)**
Serviços de terceiros	**(144.421)**	**(100.849)**	**(93.544)**	**–**	**(338.814)**
Energia elétrica comprada para revenda	**(2.826.022)**	**–**	**–**	**–**	**(2.826.022)**
Custo de construção	**(630.471)**	**–**	**–**	**–**	**(630.471)**
PECLD	**–**	**–**	**–**	**(33.779)**	**(33.779)**
Provisão para riscos judiciais	**–**	**–**	**(94.446)**	**–**	**(94.446)**
Amortização	**(119.634)**	**–**	**(29.232)**	**–**	**(148.866)**
Outros	**2.149**	**(1.911)**	**(7.706)**	**–**	**(7.468)**
Total	**(3.763.634)**	**(132.087)**	**(389.367)**	**(33.779)**	**(4.318.867)**

	2022				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(197.474)	(59.739)	(18.659)	–	(275.872)
Material	(7.597)	(3.553)	(932)	–	(12.082)
Serviços de terceiros	(115.314)	(103.930)	(50.263)	–	(269.507)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.646.745)	–	–	–	(2.646.745)
Custo de construção	(750.927)	–	–	–	(750.927)
PECLD	–	–	–	(53.059)	(53.059)
Provisão para riscos judiciais	–	–	(38.275)	–	(38.275)
Amortização	(143.048)	–	(21.293)	–	(164.341)
Outros	12.914	(6.760)	(7.743)	–	(1.589)
Total	(3.848.191)	(173.982)	(137.165)	(53.059)	(4.212.397)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; e (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 – Ativos de contrato e 22 – Receita operacional líquida. **23.1 Outras receitas (despesas) operacionais:**

Outras receitas operacionais	2023	2022
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	**6.466**	3.405
Outras receitas operacionais	**490**	23.951
Reversão para perda de estoque	**36.285**	–
Total de outras receitas operacionais	**43.241**	27.356
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	**(41.836)**	(9.289)
Indenização por danos a terceiros	**(6.782)**	–
Provisão para perda de estoque	**(101.716)**	–
Baixa de recebíveis incobráveis	**(50.208)**	–
Outras despesas operacionais	**(11.180)**	(19.315)
Total de outras despesas operacionais	**(211.722)**	(28.604)
Total	**(168.481)**	(1.248)

24. Energia elétrica comprada para revenda:

	2023		2022	
	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$
Energia de leilão (a)	**4.786**	**(1.139.579)**	4.533	(1.043.198)
Contratos Eletronuclear	**287**	**(98.964)**	288	(99.798)
Contratos cotas de garantias (b)	**1.514**	**(256.138)**	2.045	(230.189)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	**–**	**(192.447)**	–	(224.132)
Energia bilateral	**34**	**(13.337)**	34	(12.585)
Energia de curto prazo – CCEE (d)	**–**	**(122.077)**	–	(34.994)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	**139**	**(90.816)**	144	(108.471)
Itaipu (e)	**1.485**	**(290.339)**	1.635	(527.130)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	**–**	**264.716**	–	177.174
Outros	**–**	**(29.921)**	–	–
Subtotal	**8.245**	**(1.968.902)**	8.679	(2.103.323)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	**–**	**(857.120)**	–	(543.422)
Total	**8.245**	**(2.826.022)**	8.679	(2.646.745)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos CCEAR e MCSD, decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2022, devido a entrada de contratos novos e atualização dos preços dos contratos em suprimento, aumentando o preço médio de aquisição de energia em 11% passando para R$ 236,51; (b) As variações são decorrentes das despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física os Efeitos dessa Contratação na Liquidação CCEE, em 2023, as usinas que antes pertenciam ao grupo Eletrobrás foram repactuadas, tendo seus preços de venda ajustados, aumentando assim a despesa com esses contratos; (c) A redução nas despesas associada ao ESS no exercício de 2023 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; (d) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R$ 87.083, em virtude do aumento da despesa com os efeitos da contratação por disponibilidade em relação ao mesmo exercício de 2022; e (e) A tarifa de Repasse da Usina Itaipu reduziu de US$ 24,73 para US$ 16,19, devido o pagamento do empréstimo para a construção da Usina está terminando. Com isso, o custo da Usina que estava sendo repassado aos consumidores/distribuidoras reduziu. O que representou uma redução de despesa em 45%. (*) não auditado.

25. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	**126.425**	99.962
Valores a receber/devolver parcela A	**46.641**	78.976
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**25.019**	–
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	**75.672**	249.059
Receita Financeira de AVP	**37.044**	29.602
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(18.914)**	(16.173)
Variação monetária e cambial da dívida (e)	**127.885**	200.167
Outras receitas financeiras	**41.620**	36.211
Total de receitas financeiras	**461.392**	677.804
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (e)	**(362.582)**	(290.026)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**(154.883)**	(157.635)
Valores a receber/devolver parcela A	**(111.718)**	(64.627)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	**(109.165)**	(129.270)
Despesa financeira de AVP	**(6.211)**	(117.206)
Atualização de contingências (f)	**(120.179)**	(76.397)
Multas	**(24.848)**	(37.851)
Juros, multas s/ operação de energia	**(285)**	(13.294)
Outras despesas financeiras (g)	**(328.567)**	(312.017)
Total de despesas financeiras	**(1.218.438)**	(1.198.323)
Total do resultado financeiro	**(757.046)**	(520.519)

(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu, principalmente, em função do aumento da disponibilidade da Companhia, em 33% e da alta do CDI, que em 2022 era de 12,39% e em 2023, a taxa acumulada era 13,04%; (b) Refere-se, principalmente, à contratação de operações de *swap*, que trocam dólar + *spread* por CDI + *spread*, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, contra uma despesa em 2022, com queda do dólar em 6,50% saindo de R$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022. (c) A redução no exercício refere-se, principalmente, ao resultado de ações de cobrança realizadas pela Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; (d) Em 2023, a redução da despesa foi originada principalmente pela queda do IPCA, que fechou em 4,62%, contra 5,78%, em 2022. (e) O principal impacto no aumento dos encargos da dívida foi devido à alta do CDI, indexador com 83% de participação na dívida, que passou de 12,39% em 2022 para 13,04% em 2023; (f) O aumento do saldo deve-se, principalmente, pela mudança do índice de atualização do IGPM para IPCA em Processos Cíveis após emissão do provimento número 014/2022-CGJ que alterou a Consolidação Normativa Judicial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; e (g) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 17 – Impostos e contribuições a recolher. **26. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada). 26.1. Características do plano de aposentadoria.** A Companhia, através da Fundação Família Previdência, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Esse último, fechado para novas adesões. Mantém, também, as obrigações do pagamento de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP). A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1.254/1995, firmado junto à Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE). O contrato SF nº 1.254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **(a) Plano CD.** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são: • Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo. A contribuição projetada corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos; e • Benefício de pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, será creditado ao saldo de conta aplicável a contribuição projetada que, corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas contribuições normais do participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o Participante completaria 55 (cinquenta e cinco). **(b) Planos de benefícios CEEEPREV.** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar que, pelo regulamento do Plano seria de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Esses dispositivos regulamentares foram objeto de determinação da PREVIC para adequação desde a constituição do plano CEEEPREV e ratificado através da portaria 213 em 2014. Além disto, a manutenção da responsabilidade exclusiva está sendo discutida judicialmente, já havendo decisão, não definitiva, prolatada reconhecendo a aplicação do princípio da paridade contributiva, o que vem sendo adotado pela Companhia. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida: Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC n° 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora. Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento. Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos nº 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal e inconstitucional, determinando através da Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/1998. Contrária à determinação da PREVIC, a Fundação Família Previdência ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Foi obtida medida liminar para suspender a Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014. No entanto, sobreveio sentença que, julgou que, em primeira instância, foi julgada improcedente a demanda e cassou a liminar anteriormente concedida. Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo. O recurso de apelação foi improvido, mantendo-se a sentença e reconhecendo-se a validade da Portaria nº 213 de 23 de abril de 2014. Contra o acórdão foi oposto Embargos de Declaração pela Advocacia Geral da União e Recurso Especial pela Fundação Família Previdência, cujo exame da admissibilidade se dará posteriormente ao julgamento dos Embargos Declaratórios opostos pela União, ainda pendente de julgamento. Inicialmente foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Especial ingressado, mas essa decisão foi reconsiderada pelo, estando a decisão/acórdão em plena produção de efeitos. Atualmente a Companhia está promovendo o cumprimento provisório de sentença deste processo, onde a Fundação Família Previdência já foi intimada para promover o ajuste no regulamento. Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade e inconstitucionalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que esses vícios geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia. Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a Fundação Família Previdência, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a Entidade enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar nº 108/2001. De outro lado, a Fundação Família Previdência interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Em 14 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos "a fim de reconhecer a inobservância à paridade contributiva estabelecida pela Constituição Federal e regulada pela Lei Complementar nº 108/01, fazendo cessar, a contar da presente decisão, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002". Todas as partes interpuseram recursos de apelação contra a sentença que foram julgados improvidos em 28 de julho de 2022, tendo sido mantida integralmente a sentença. Da decisão do TJRS, a CEEE-D recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, sendo que os recursos estão pendentes de julgamento. Na data de 17.12.2023, o Superior Tribunal de Justiça – na Tutela Cautelar 303, agregou efeito suspensivo ao recurso da CEEE-D que está pendente de julgamento no STJ, para impedir qualquer pagamento pela CEEE-D do plano de benefícios CEEEPREV acima da paridade contributiva. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%. **(c) Plano único.** O Plano Único é de benefícios previdenciários com modalidade de "Benefício Definido" existindo compromisso pós-emprego com os participantes ativos e com os assistidos. O plano encontra-se fechado para novas adesões desde 02 de setembro de 2002, sendo administrado pela Fundação Família Previdência e patrocinado pela CEEE-D, dentre outras patrocinadoras. Com a privatização da Companhia a relação de patrocínio relativa ao Plano Único passou a ser regulada pelo que estabelece a Lei Complementar nº 109/2001. O Regulamento do Plano Único estabelece que as contribuições para custeio do referido Plano devem obedecer ao princípio da paridade contributiva entre patrocinador e participantes. Portanto, o reconhecimento do passivo pós-emprego está adequado ao modelo de reconhecimento de *Risk Sharing*, conforme orientações contidas no documento CPAO 013 – "*Risk Sharing* – Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e Normas Correlatas" divulgado pelo Instituto Brasileiro de Atuária. Assim, foi considerada a redução do Valor Presente das Obrigações Atuariais (VPOA) em decorrência do compartilhamento de riscos (*risk sharing*) com os participantes e assistidos do Plano Único existente por meio de planos de equacionamento de déficits, conforme legislação aplicada à previdência complementar fechada (CNPC/Previc). Em 25 de março de 2021, a CEEE-D formalizou junto à Fundação Família Previdência o seu pedido retirado de patrocínio do Plano Único. Conforme informação da Companhia, o processo de retirada encontra-se suspenso em decorrência de decisão liminar proferida no agravo de instrumento nº 5032285-40.2022.4.04.0000, em trâmite perante a Justiça Federal de Porto Alegre. **(d) Plano de saúde e odontológico. Plano de Saúde (Unipart).** A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Unimed Porto Alegre. Este plano é oferecido para os empregados da CEEE-D, bem como a seus dependentes. As contribuições são valores únicos per capita, no valor de R$ 499,08 com vigência a partir de março/2023. A partir de março de 2023, as contribuições são estabelecidas por custo médio para todos os beneficiários e são integralmente custeadas pela CEEE-D. Portanto, não há previsão de permanência no plano de saúde pós a concessão de aposentadoria para os participantes com data de adesão posterior a março/2023. Já para os participantes que aderiram ao plano antes de março de 2023, permanece o direito de continuidade no plano após a concessão de aposentadoria (com temporariedade definida com base no tempo de contribuição efetuada ao plano), desde que o custeio seja arcado integralmente pelo participante, de forma que a CEEE-D não possua responsabilidade de pagamento para esses casos. A permanência destes ex-empregados no plano de saúde eleva o valor das contribuições pagas pela CEEE-D para seus empregados (ativos), por serem calculadas como um custo médio, em que um aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados acarretará também em um aumento das contribuições de todos os segurados, inclusive dos ativos. **Plano Odontológico (Odonto Master I).** A CEEE-D oferece um plano odontológico, administrado pela Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica LTDA, a seus empregados, bem como para seus dependentes. Esse plano possui mensalidade de R$16,00, vigente a partir de agosto de 2023. A participação da CEEE-D no Plano Odontológico é de 100% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes. Portanto, não há possibilidade de permanência no plano em uma apólice de inativos. No entanto, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 4

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

ex-empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares que, conforme informado pela Equatorial RS, são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de afastamentos por invalidez. **26.2. Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2023 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2022.

Apuração do passivo (ativo) líquido em	2023					2022			
	CD	CEEE PREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total do Passivo	CD	CEEE PREV	Plano único	Total do Passivo (a)
1 Déficit/(superávit) apurado									
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	**26**	**1.950.608**	**1.185.936**	**17.460**	**3.154.030**	31	1.808.635	1.150.533	2.959.199
Valor justo dos ativos do plano	**(237)**	**(1.184.963)**	**(920.600)**	**–**	**(2.105.800)**	(119)	(1.174.458)	(929.010)	(2.103.587)
Déficit/(superávit) apurado	**(211)**	**765.645**	**265.336**	**17.460**	**1.048.230**	(88)	634.177	221.523	855.612
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais									
Efeito do teto de ativo	**211**	**–**	**–**	**–**	**211**	88	–	–	88
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	**211**	**–**	**–**	**–**	**211**	88	–	–	88
3 Passivo/(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)									
Passivo/(ativo) líquido apurado	**–**	**765.645**	**265.336**	**17.460**	**1.048.441**	–	634.177	221.523	855.700
Passivo circulante					**82.304**				71.249
Passivo não circulante					**966.137**				787.802

(a) No exercício de 2022, além dos valores do laudo, houve o reconhecimento de R$ 3.351 referente a Contribuição Patrocinadora, sendo R$ 2.488 correspondente ao Plano Único e R$ 863 correspondente à CEEEPREV. **26.3. Resultado da avaliação atuarial.** Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2023					2022		
	CD	CEEE PREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	Total	CEEE PREV	Plano único	Total
Resultado do exercício								
Custo do serviço corrente líquido	**3**	**44**	**(909)**	**–**	**(862)**	280	(958)	(678)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**3**	**206.507**	**129.422**	**–**	**335.932**	189.674	127.071	316.745
Rendimento esperado dos ativos do plano	**(14)**	**(133.153)**	**(104.824)**	**–**	**(237.991)**	(117.268)	(96.916)	(214.184)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	**11**	**–**	**–**	**–**	**11**	–	–	–
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	**3**	**73.398**	**23.689**	**–**	**97.090**	72.686	29.197	101.883
Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício								
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	**(98)**	**20.776**	**10.937**	**–**	**31.615**	(15.030)	19.729	4.699
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	**(11)**	**88.320**	**35.603**	**17.460**	**141.372**	(88.654)	(107.168)	(195.822)
(Ganhos)/perdas no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	**112**	**–**	**–**	**–**	**112**	–	–	–
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	**3**	**109.096**	**46.540**	**17.460**	**173.099**	(103.684)	(87.439)	(191.123)

26.4. Ativos do plano. Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada. Ativos do plano incluem:

	2023			2022		
	CD	CEEEPREV	Plano único	CD	CEEEPREV	Plano único
Títulos Públicos	**124.898**	**1.990.204**	**1.167.824**	180.473	1.880.151	1.144.075
Fundos de Investimentos	**229.798**	**842.640**	**504.233**	151.920	841.195	471.353
Outros	**70.640**	**578.646**	**370.096**	49.003	754.503	485.403
Ativo total	**425.336**	**3.411.490**	**2.042.153**	381.396	3.475.849	2.100.831

26.5. Obrigação de benefício definido. (a) Premissas atuariais. As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

	2023				2022		
Premissas	CD	CEEEPREV	Plano único	Plano de saúde	CD	CEEEPREV	Plano único
Taxa de inflação	**3,93%**	**3,93%**	**3,93%**	**3**	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	**5,27%**	**5,65%**	**5,60%**	**5,57%**	6,35%	6,39%	6,40%
Futuros aumentos salariais	**3,93%**	**3,93%**	**3,93%**	**Não Aplicável**	5,23%	5,23%	5,23%
Futuros aumentos de pensão	**3,93%**	**3,93%**	**3,93%**	**3,93%**	5,23%	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	**AT-2000 M/F Suavizada em 10%**	**BR-EMSsb -2021 M/F desagravada em 10%**	**AT-2000 M/F**	**BR-EMSsb 2021 M/F, desagravada em 10%**	**AT-2000 M/F Suavizada em 10%**	**BR-EMSsb -2021 M/F desagravada em 10%**	**AT-2000 M/F**

(b) Análise de sensibilidade. Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		2023				2022		
Premissas	**Análise de sensibilidade**	CD Impacto R$	CEEE PREV Impacto R$	Plano único Impacto R$	Plano de saúde	CD Impacto R$	CEEE PREV Impacto R$	Plano único Impacto R$
	Aumento de 0,5%	**(1)**	**(84.498)**	**(45.002)**	**(1.028)**	(786)	(75.814)	(42.372)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	**1**	**91.669**	**48.398**	**1.136**	823	(82.079)	45.486
	Aumento de 01 ano	**(1)**	**39.293**	**34.723**	**527**	(777)	32.409	30.403
Expectativa de vida	Redução de 01 ano	**1**	**(40.077)**	**(34.651)**	**(525)**	884	(33.211)	(30.700)
	Aumento de 0,5%	**–**	**–**	**–**	**1.234**	–	–	–
HCCTR	Redução de 0,5%	**–**	**–**	**–**	**(1.120)**	–	–	–
Crescimento Salarial	Aumento de 0,05%	**–**	**628**	**–**	**–**	–	630	–

Embora a análise considere a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

26.6. Fluxo de caixa

	2023				2022		
	CD	CEEE PREV	Plano único	Plano de saúde e odontológico	CD	CEEE PREV	Plano único
1 Fluxo de caixa no exercício							
Contribuições do empregador	**6**	**51.025**	**26.416**	–	5	40.346	16.547
Contribuição do participante	**–**	**616**	**30.453**	–	–	915	16.450
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**–**	**153.515**	**159.165**	–	–	145.487	157.613
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte							
Contribuições do empregador	**7**	**51.318**	**26.416**	734	6	40.840	31.898
Contribuição do participante	**–**	**966**	**33.739**	–	–	1.460	33.521
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**7**	**171.582**	**177.146**	–	10	167.012	174.291

27. Instrumentos financeiros. 27.1. Considerações gerais. A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas n° 15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e n° 16.5 *Covenants* das debêntures. **27.2. Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **27.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

			2023		2022	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**21.656**	**21.656**	17.554	17.554
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	–	Valor justo por meio do resultado	**443.329**	**443.329**	397.554	397.554
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**855.204**	**855.204**	576.204	576.204
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**1.114.533**	**1.114.533**	1.086.461	1.086.461
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo Amortizado	**–**	**–**	50.912	50.912
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	485.102	485.102
Total do ativo			**609.396**	**609.396**	2.613.787	2.613.787

			2023		2022	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Fornecedor	–	Custo amortizado	**590.507**	**590.507**	568.611	568.611
Fornecedores – Risco Sacado	–	Custo amortizado	**32.853**	**32.853**	11.211	11.211
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**1.687.823**	**1.706.153**	1.503.360	1.489.283
Debêntures	–	Custo amortizado	**2.739.552**	**2.939.040**	1.845.803	1.822.255
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes	**57.827**	**57.827**	36.407	36.407
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	**314.614**	**314.614**	184.594	184.594
Passivo de arrendamento	–	Custo Amortizado	**3.450**	**3.450**	13.679	15.027
Total do passivo			**5.426.626**	**5.644.444**	**4.163.665**	4.127.388

• **Caixa e equivalente de caixa –** são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras –** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; • **Contas a receber de clientes –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros –** são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **Ativo financeiro de concessão –** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores –** decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos –** tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); • **Debêntures –** são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; • **Instrumentos financeiros derivativos –** são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swap, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e • **Passivo de arrendamento –** composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

27.4 Instrumentos financeiros derivativos: Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que podem ser assim resumidos:

									Valor Justo					
									2023			2022		
Instituição financeira	**Ingresso**	**Vencimento**	**Valor contratado (USD)**	**Valor contratado (BRL)**	**Amortização**	**Tipo**	**Juros**	**Indexadores**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Total**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**	**Total**
Bank Of America	26/07/2021	31/07/2023	47.991	250.000	*Bullet*	Câmbio	Trimestral	US$ + 1,96% a.a / CDI + 1,50% a.a	**–**	**–**	**–**	248.934	(258.128)	(9.194)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	13/08/2021	13/08/2024	47.938	250.000	*Bullet*	Câmbio	Semestral	US$ + 2,19% a.a / CDI + 1,45% a.a.	**228.810**	**(264.901)**	**(36.091)**	242.061	(269.214)	(27.153)
2° Debêntures	13/12/2022	15/12/2029	–	250.000	*Bullet*	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	**287.264**	**(263.507)**	**23.757**	263.703	(263.763)	(60)
Citibank	30/06/2023	27/01/2027	120.000	583.800	Semestral	Câmbio	Semestral	US$ + Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	**617.780**	**(654.206)**	**(36.426)**	–	–	–
Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	48.000	233.760	*Bullet*	Câmbio	Anual	US$ + 6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	**252.863**	**(261.930)**	**(9.067)**	–	–	–
Total									**1.386.717**	**(1.444.544)**	**(57.827)**	754.698	(791.105)	(36.407)
								Ativo (passivo) circulante			**(37.678)**			(254)
								Ativo (passivo) não circulante			**(20.149)**			(36.153)
								Efeito líquido total			**(57.827)**			(36.407)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

	2023					Valor contábil 2022		2023	2022
Risco Cambial	**Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído**	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Valor Nominal**	**Ativo**	**Passivo**	**Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA**	
Contrato de *hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**1.567.560**	–	**(57.827)**	750.000	–	(36.407)	**(14.105)**	(12.490)

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança envidadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação especificas. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 464.985 (R$ 415.108 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/ 2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2023					
Classe consumidora	**Consumidores Faturados**	**Consumidores não Faturados**	**Parcelamentos**	**Total**	**%**
Residencial	**707.117**	**88.914**	**281.310**	**1.077.341**	**52%**
Industrial	**69.051**	**32.327**	**15.260**	**116.638**	**6%**
Comercial	**326.467**	**77.203**	**139.791**	**543.461**	**26%**
Rural	**48.745**	**14.373**	**32.610**	**95.728**	**5%**
Poder público	**27.789**	**14.599**	**67.297**	**109.685**	**5%**
Iluminação pública	**50.047**	**64**	**67.252**	**117.363**	**5%**
Serviço público	**10.230**	**10.632**	**69**	**20.931**	**1%**
Concessionárias e permissionárias	**–**	**1.661**	**–**	**1.661**	**0%**
Total	**1.239.446**	**239.773**	**603.589**	**2.082.808**	**100%**

2022					
Classe consumidora	**Consumidores Faturados**	**Consumidores não Faturados**	**Parcelamentos**	**Total**	**%**
Residencial	635.847	92.517	278.678	1.007.042	50%
Industrial	73.272	31.269	15.356	119.897	6%
Comercial	285.984	78.683	129.714	494.381	25%
Rural	44.870	20.403	39.409	104.682	5%
Poder público	30.603	15.135	70.496	116.234	6%
Iluminação pública	58.219	27	72.907	131.153	7%
Serviço público	9.922	9.585	255	19.762	1%
Concessionárias e permissionárias	–	1.702	–	1.702	0%
Total	1.138.717	249.321	606.815	1.994.853	100%

A Companhia registrou uma PECLD que representa sua melhor estimativa referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 - PECLD e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.3 - Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	214.088	26,64%	57.033	315.986	2,70%	8.532
A vencer individualizada (a)	115.201	2,71%	3.117	–	–	–
Vencido 1 a 30	11.088	45,52%	5.047	88.829	7,85%	6.973
Vencido 31 a 60	8.071	52,89%	4.269	26.956	21,53%	5.804
Vencido 61 a 90	6.462	56,92%	3.678	15.779	32,38%	5.109
Vencido 91 a 120	6.300	59,32%	3.737	13.738	37,66%	5.174
Vencido 121 a 150	6.163	60,85%	3.750	15.813	39,92%	6.313
Vencido 151 a 180	6.137	61,26%	3.760	11.613	42,77%	4.967
Vencido 181 a 210	5.951	61,32%	3.649	11.156	43,77%	4.883
Vencido 211 a 240	5.968	62,17%	3.710	14.002	45,62%	6.388
Vencido 241 a 270	5.770	62,81%	3.624	15.695	46,38%	7.279
Vencido 271 a 300	5.558	63,86%	3.549	21.427	48,05%	10.296
Vencido 301 a 330	5.349	64,53%	3.452	11.287	48,05%	5.423
Vencido 331 a 360	4.831	64,53%	3.117	6.619	48,05%	3.180
Vencido 361 a 390	4.441	64,53%	2.866	8.959	48,05%	4.305
Vencido 391 a 420	5.021	64,53%	3.240	10.749	49,46%	5.316
Vencido 421 a 450	4.525	64,53%	2.920	6.605	51,01%	3.369
Vencido 451 a 630	29.249	64,53%	18.874	55.742	64,88%	36.165
Vencido 631 a 720	12.620	91,21%	11.511	31.914	80,59%	25.719
Vencido 721 a 810	11.592	95,25%	11.041	27.834	84,94%	23.642
Vencido 811 a 990	21.684	95,73%	20.758	52.904	86,58%	45.804
Vencido 991 a 1080	8.520	96,19%	8.195	27.882	90,08%	25.116
Vencido 1081 a 1170	6.766	96,19%	6.508	21.635	90,54%	19.588
Vencido 1171 a 1350	14.361	96,19%	13.814	39.497	94,68%	37.396
Vencido 1351 a 1530	14.217	96,19%	13.675	44.781	94,68%	42.399
Vencido 1531 a 1710	12.824	96,19%	12.335	39.891	94,68%	37.769
Vencido 1711 a 1890	11.356	96,19%	10.923	45.574	97,69%	44.521
Vencido Maior 1890	39.476	97,06%	38.315	256.579	97,69%	250.655
Total	603.589		280.467	1.239.446		682.085

(a) Análise individualizada aplicada a parcelamentos com garantia.

***Aging* parcelamento saldos a vencer**

	2023				
	2023	**2024**	**2025**	**Após 2026**	**Total**
Residencial	**74**	**85.340**	**26.566**	**4.199**	**116.179**
Industrial	**–**	**3.005**	**1.251**	**1.299**	**5.555**
Comercial	**11.026**	**18.082**	**8.063**	**13.521**	**50.692**
Rural	**1**	**5.962**	**3.033**	**18.283**	**27.279**
Poder público	**4.358**	**8.705**	**6.979**	**47.152**	**67.194**
Iluminação pública	**13.588**	**13.831**	**7.963**	**26.938**	**62.320**
Serviço público	**–**	**69**	**–**	**–**	**69**
Total a vencer	**29.047**	**134.994**	**53.855**	**111.392**	**329.288**

***Aging* de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias**

	2023					
	Venc. de 91 a 360 dias	**Venc. de 361 à 720 dias**	**Venc. de 721 a 1080 dias**	**Venc. de 1081 a 1530 dias**	**Venc. a mais de 1530 dias**	**Total**
Residencial	**38.504**	**33.051**	**22.926**	**20.178**	**30.859**	**145.518**
Industrial	**951**	**1.495**	**427**	**1.564**	**4.940**	**9.377**
Comercial	**11.332**	**20.194**	**17.684**	**13.074**	**22.379**	**84.663**
Rural	**1.233**	**983**	**759**	**526**	**1.132**	**4.633**
Poder Público	**6**	**50**	**1**	**1**	**1**	**59**
Iluminação Pública	**–**	**83**	**–**	**–**	**4.347**	**4.430**
Total de parcelamentos	**52.026**	**55.856**	**41.797**	**35.343**	**63.658**	**248.680**

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PCLD
A Vencer	239.773	2,70%	6.474

PECLD outros

Faixa (em dias)	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	8.877	2,70%	240
Vencido 1 a 30	386	7,85%	30
Vencido 31 a 60	5.559	21,53%	1.197
Vencido 61 a 90	2.468	32,38%	799
Vencido 91 a 120	569	37,66%	214
Vencido 121 a 150	380	39,92%	152
Vencido 151 a 180	447	42,77%	191
Vencido 181 a 210	389	43,77%	170
Vencido 211 a 240	283	45,62%	129
Vencido 241 a 270	452	46,38%	210
Vencido 271 a 300	215	48,05%	103
Vencido 301 a 330	682	48,05%	328
Vencido 331 a 360	77	48,05%	37
Vencido 361 a 390	347	48,05%	167
Vencido 391 a 420	517	49,46%	256
Vencido 421 a 450	358	51,01%	183
Vencido 451 a 630	2.113	64,88%	1.371
Vencido 631 a 720	729	80,59%	588
Vencido 721 a 810	770	84,94%	654
Vencido 811 a 990	4.808	86,58%	4.163
Vencido 991 a 1080	341	90,08%	307
Vencido 1081 a 1170	469	90,54%	425
Vencido 1171 a 1350	436	94,68%	413
Vencido 1351 a 1530	561	94,68%	531
Vencido 1531 a 1710	639	94,68%	605
Vencido 1711 a 1890	719	97,69%	702
Vencido Maior 1890	3.492	97,69%	3.408
Total	**37.083**		**17.573**

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de 2,2 (1,6 em 31 de dezembro de 2022). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.277.257	1.806.481	23.777	395.042	119.317	1.049.770	218.575
Títulos de dívida emitidos com garantia	410.566	563.151	–	47.081	39.986	476.084	–
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	**1.687.823**	**2.369.632**	**23.777**	**442.123**	**159.303**	**1.525.854**	**218.575**
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	2.739.552	3.848.384	75.639	507.444	516.130	1.571.812	1.177.359
Subtotal - Debêntures	**2.739.552**	**3.848.384**	**75.639**	**507.444**	**516.130**	**1.571.812**	**1.177.359**
Fornecedores	590.507	590.507	162.195	428.312	–	–	–
Fornecedores risco sacado	32.853	32.853	32.853	–	–	–	–
Passivo de Arrendamento	3.450	3.450	96	515	653	2.186	–
Subtotal - Fornecedores	**626.810**	**659.663**	**260.850**	**428.827**	**653**	**2.186**	**–**
Total	**5.054.185**	**6.877.679**	**360.266**	**1.378.394**	**676.086**	**3.099.852**	**1.395.934**

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge* accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao câmbio é de 24,3% (15,1% em 31 de dezembro de 2022), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa n° 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial				
				Impacto no resultado			
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	US$	(1.077.301)	(1.119.592)	(1.399.490)	(1.679.388)	(839.694)	(559.796)
Impacto no resultado do exercício				(279.898)	(559.796)	279.898	559.796
Swap - Ponta Ativa	US$	1.099.453	1.142.613	1.428.267	1.713.920	856.960	571.307
Impacto em outros resultados abrangentes				5.755	11.511	(5.755)	(11.511)
Impacto no resultado do exercício				279.898	559.796	(279.898)	(559.796)
Impacto líquido no resultado do exercício total				–	–	–	–
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31/12/2023**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
Dólar US$ R$ (% 12 meses)		5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Aplicações financeiras	CDI	1.298.533	1.428.906	1.461.499	1.494.092	1.396.313	1.363.720
Impacto no resultado do exercício				32.593	65.186	(32.593)	(65.186)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(2.621.434)	(2.884.626)	(2.950.424)	(3.016.222)	(2.818.828)	(2.753.030)
	IPCA	(744.215)	(791.249)	(803.008)	(814.766)	(779.490)	(767.732)
Total de passivos financeiros		(3.365.649)	(3.675.875)	(3.753.432)	(3.830.988)	(3.598.318)	(3.520.762)
Impacto no resultado do exercício				(77.557)	(155.113)	77.557	155.113
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.137.845)	(1.252.084)	(1.280.644)	(1.309.204)	(1.223.524)	(1.194.965)
Impacto em outros resultados abrangentes				(1.084)	(2.168)	1.084	2.168
Impacto no resultado do exercício				(28.560)	(57.120)	28.560	57.120
Impacto líquido no resultado do exercício total				(73.524)	(147.047)	73.524	147.047
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31/12/2023**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)		10,04%	13.04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (% 12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3/Santander

(f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de passivos e áreas contaminadas; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **27.6 Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **28 Demonstração dos fluxos de caixa: 28.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferência de ativos de contrato para ativo intangível (a)	**160.931**
Transferência de ativos de contrato para ativo financeiro (a)	**99.498**
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (a)	**21.330**
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas (a)	**60.094**
Total atividades de investimento	**341.853**
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (b)	**7.906**
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa (c)	**14.105**
Total atividades de financiamento	**22.011**
Total	**363.864**

(a) Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 – Intangível e 13 – Ativos de contrato; (b) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e (c) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado. **28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento:**

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (a)	Mudança no valor justo	Outros (b)	2023
Empréstimos e financiamentos	1.503.360	**291.029**	**(224.240)**	**–**	**117.674**	**1.687.823**
Debêntures	1.845.803	**880.000**	**(211.975)**	**–**	**225.724**	**2.739.552**
Instrumentos financeiros derivativos	36.407	**–**	**(94.339)**	**(14.108)**	**129.867**	**57.827**
Passivos de arrendamento	13.679	**(3.050)**	**–**	**–**	**(7.179)**	**3.450**
Total	3.399.249	**1.167.979**	**(530.554)**	**(14.108)**	**466.086**	**4.488.652**

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, e resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos. **29 Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (em R$ mil)	**2024 a 2035**	**2.065.950**	**1.976.255**	**2.088.371**	**23.156.352**
Energia contratada (em MhW)	**2024 a 2035**	**8.553.450**	**7.813.461**	**7.907.801**	**71.437.161**

(*) estimado em 9 anos após 2025.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Arrendamentos e aluguéis (R$ Mil)	**2024 a 2029**	**611**	**653**	**745**	**1.441**

(*) estimado em 3 anos após 2026.

30 Eventos subsequentes: • Evento climático em janeiro de 2024: Em linha com a nota explicativa nº 1.3 Evento climático, em janeiro de 2024 o Estado do Rio Grande do Sul foi novamente atingido por um evento climático extremo que atingiu cerca de 651 mil clientes da Companhia. No enfrentamento das consequências do fenômeno climático foram mobilizadas mais de 600 equipes, sendo que 83% dos clientes atingidos foram reestabelecidos nas primeiras 48 horas após o ciclone. Uma pequena parcela de clientes teve uma demora maior na regularização, pois estavam em locais de difícil acesso. A totalidade dos clientes foi reestabelecida até o final do dia 23 de janeiro de 2024. As principais ações tomadas pela Equatorial CEEE-D durante o evento foram: • Soma de esforços com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para priorização dos atendimentos, em especial aqueles envolvendo a queda de árvores de grande porte sobre a rede e de vias bloqueadas; • Realização de 2.506 atendimentos em campo que apontaram para a necessidade de remoção de árvores de grande porte em campo que causaram interrupção no fornecimento de energia elétrica; e Realização de 890 atendimentos em campo que apontaram para a necessidade de recuperar ou trocar postes em virtude dos danos causados pela queda de árvores de grande porte. As ações realizadas a partir do plano de contingência da Companhia, de forma resumida, foram: • Monitoramento prévio; • Alocação adequada dos recursos, pessoas e materiais; • Plantão de TI, Telecom, Regulatório, Jurídico, Relacionamento com Cliente e demais áreas; • Deslocamento de liderança para as bases afetadas; • Uso de equipes comerciais, perdas e obras; • Transbordo de ligações para outros *call centers*, ampliando a capacidade de atendimento; • Apoio de profissionais do time Corporativo do Grupo; • Alinhamento em tempo real com Órgãos Públicos; e • Boletins diários para Agência Reguladora, Órgãos Públicos e Imprensa. Os impactos financeiros referentes aos esforços da Companhia para o restabelecimento total da rede ainda estão sendo mensurados, e os passivos contingentes estão sendo monitorados. O referido evento não afeta o pressuposto de continuidade operacional da Companhia. • **Evento climático em março de 2024:** Em linha com a nota explicativa nº 1.3 Evento climático, em março de 2024 o Estado do Rio Grande do Sul foi novamente atingido por um evento climático extremo que atingiu cerca de 815 mil clientes da Companhia. A Equatorial CEEE-D está reunindo esforços para recompor as linhas e realizar manutenções e obras necessárias para restabelecimento pleno do fornecimento de energia para os clientes. A Companhia conta com plano de contingência para alocação de equipes para atendimento emergencial e está trabalhando para manter todos os agentes alinhados e comunicados sobre a situação em tempo real. Os impactos financeiros referentes aos esforços da Companhia para o restabelecimento total da rede ainda estão sendo mensurados, e os passivos contingentes estão sendo monitorados. O referido evento não afeta o pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Riberto José Barbanera - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor de Relações com Investidores
Cristiano de Lima Logrado - Diretor
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
José Silva Sobral Neto - Diretor
Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor
André Luiz Barata Pessoa - Diretor
Agnelo Coelho Neto - Diretor
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
David Abdalla Pires Leal
Carlos Augusto Leone Piani - Vice-Presidente

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Augusto Leone Piani- Coordenador
João Alberto da Silva Neto
Tiago de Almeida Noel

CONSELHO FISCAL
TITULARES
Saulo de Tarso Alves de Lara
Paulo Roberto Franceschi
Vanderlei Dominguez da Rosa
Maria Salete Garcia Pinheiro
SUPLENTES
Moacir Gibur
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Ricardo Bertucci

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente de Contabilidade e Tributos
Contador CRC PE 012996-O-3 S-RS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs Riberto José Barbanera, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, André Luiz Barata Pessoa, Humberto Luis Queiroz Nogueira, José Silva Sobral Neto, Bruno Cavalcanti Coelho, Cristiano de Lima Logrado, Agnelo Coelho Neto e Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE- D ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, de 25 de março de 2024, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral ordinária dos acionistas. Porto Alegre, 25 de março de 2024. Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D.** Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada: As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 239.773 mil em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) estimativa independente da alocação do volume de energia entre as diferentes categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia; (iii) teste de detalhe com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2024. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles sobre inventário físico de almoxarifado: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de almoxarifado segregado entre ativo circulante no valor de R$ 13.143 mil e ativo de contrato no não circulante, no valor de R$ 194.765 mil. Estes saldos representam peças, máquinas, equipamentos, dentre outros, utilizados para expansão e manutenção da rede de distribuição de energia elétrica. Devido às complexidades relacionadas aos controles do almoxarifado, que decorrem do elevado número de localidades, da constante transferências de bens entre as mesmas e de que ainda existem controles não implementados, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais na conta de almoxarifado, incluíram, dentre outros: (i) revisão dos procedimentos de inventário físico efetuados pela Companhia; (ii) acompanhamento em base amostral de inventários físicos e teste de compilação destes; (iii) teste documental e inspeção física, em base amostral, das adições e baixas do exercício com teste de valorização destes itens; (iv) revisão das conciliações realizadas entre as bases dos inventários realizados com os respectivos saldos contábeis. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de inventário físico, da movimentação de itens entre as localidades e o no controle de ativação destes itens representou uma deficiência significativa e, portanto, alterou a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros: (i) extensão das localidades nas quais foram acompanhados os inventários físicos e das amostras contadas para cada unidade;(ii) realização de inventário geral em data próxima ao final do exercício; (iii) análise extensiva da movimentação de itens entre a data de inventário e o final do exercício. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos

continua

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de auditoria efetuados sobre a conta de almoxarifado, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Teste de recuperabilidade de ativo intangível: Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação: A Companhia, devido ao elevado número de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado*. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333
Atendimento ao assinante (51) 3213 1300
Vendas de assinaturas (51) 3213 1326
Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A. CNPJ/MF 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Convidamos os Srs. Acionistas da Metalúrgica Hassmann S.A. ("**Companhia**"), a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, cumulativamente, no dia 29 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Av. Dr. Ito João Snel, 178, em Imigrante - RS (CEP 95885-000), com a seguinte ordem do dia: 1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; 1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 1.3. Fixar a remuneração mensal global dos Administradores para o Exercício Social de 2024. 2. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Aumento do Capital Social da Companhia de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), para R$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), mediante a incorporação de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), da Conta Reserva de Lucros, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. Objetivando a otimização dos trabalhos preparatórios às Assembleias Gerais ora convocadas, vai recomendado aos Srs. Acionistas que pretendam se fazer representar através de mandatário com poderes especiais, que depositem na sede social da Companhia, ou enviem através de correio eletrônico para silvio@hassmann.com.br, no máximo, até 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias, o respectivo instrumento de Mandato. A Companhia informa também que aceitará, excepcionalmente, para essas Assembleias Gerais, como forma de facilitar a participação dos seus Acionistas, instrumentos de Mandato sem reconhecimento de firma, notarização ou consularização. O Acionista, ou o seu representante legal, deverá comparecer às Assembleias Gerais munido de documentos que permitam comprovar a sua identidade, sob pena de não lhe ser autorizada a participação nas mesmas. Em atendimento ao artigo 133, da Lei da Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/76), vai comunicado que os documentos e as informações relativos às matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Imigrante/RS, 09 de abril de 2024. Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

HABITASUL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/ME Nº 03.078.261/0001-1 NIRE Nº 43300038947 CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixar o montante da remuneração dos Administradores. Porto Alegre, 10 de abril de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

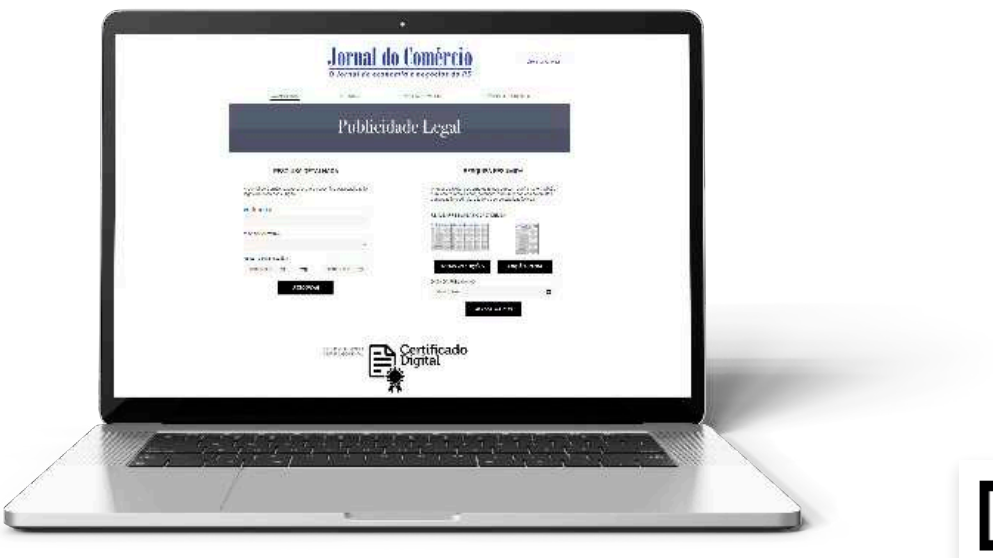
O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

HOTEL LAJE DE PEDRA S.A.
CNPJ Nº 89.011.456/0001-60 NIRE Nº 43300009289 CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, às 11:00 horas do dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixar o montante da remuneração dos Administradores. Porto Alegre, 10 de abril de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC